

# Sumário

Número de notícias: 46 | Número de veículos: 39

JORNAL ALERTA - MEDEIROS NETO - BA - NOTÍCIAS  
ANFIP

Deputados articulam fim da contribuição de aposentados e pensionistas do serviço público ..... 5

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SERVIDOR PÚBLICO

Veja quem pode pedir diferença salarial de 28% - SERVIDOR ..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Impasse trava projeto que pune "devedor contumaz" ..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação de fevereiro atinge recorde de R\$ 186 bi ..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Quase R\$ 3 bi bloqueados ..... 9

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita já recebeu mais de 5 mi declaração de imposto de renda ..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal cresce 12,2% e tem melhor fevereiro da história ..... 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação sobe 12% e bate recorde em fevereiro ..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação sobe 12,3% e tem novo recorde ..... 13

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal cresce e tem melhor desempenho ..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desempenho do mês reforça sinais de recuperação da atividade econômica ..... 15

DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - CIDADES  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita abre consulta a lote residual de restituição do Imposto de Renda ..... 16

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita recebe mais de 5 milhões declarações ..... 17

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita já recebeu mais de 5 milhões de declarações do IR ..... 18

O LIBERAL - BELÉM - PA - BARCARENA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Hora de acertar contas com o 'leão' do imposto de renda.....	19
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Cai a revisão da vida toda.....	21
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
STF derruba tese da revisão da vida toda.....	23
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL	
Supremo derruba "revisão da vida toda" no INSS.....	25
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Para especialistas, chance de rever decisão adiante é baixa.....	26
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
Supremo derruba revisão da vida toda na Previdência.....	27
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS SEGURIDADE SOCIAL	
STF derruba tese da revisão da vida toda para cálculo de aposentadorias.....	28
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
STF anula revisão da vida toda e evita rombo de R\$ 480 bilhões.....	30
O POPULAR - GO - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
STF derruba revisão da vida toda e poupa União de gastar R\$ 480 bi.....	32
O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE SEGURIDADE SOCIAL	
Leitora cobra revisão de benefício do INSS.....	34
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL	
Inss, a maior pirâmide financeira do país (Artigo).....	35
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS SEGURIDADE SOCIAL	
Justiça libera R\$ 2,1 bi para pagar atrasados.....	36
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL	
De olho no futuro: Justiça precisa reconhecer novas relações de trabalho (Artigo) .....	37
AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6.....	39
TV RECORD - DF - DF NO AR SEGURIDADE SOCIAL	
INSS inicia pagamento de março para aposentados e pensionistas.....	40
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Fazenda prevê PIB de 2,2% e inflação de 3,5% em 2024.....	41

O POPULAR - GO - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que regulamentação é prioridade de 2024..... 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

A alta do bitcoin e os bancos centrais - CELSO MING..... 43

O GLOBO - RJ - BRASIL  
ECONOMIA

Banco Centrais sinalizam cortes de juros no mundo (Artigo)..... 44

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Na presidência do G20, Brasil pode liderar debate sobre IA, diz Microsoft..... 46

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
ECONOMIA

"Brasil deve aproveitar G20 para tomar a frente na adoção da IA"..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Banco Centrais sinalizam cortes de juros no mundo..... 49

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Queda da Selic (Cartas de Leitores)..... 51

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Juro final salta a quase 10% após Copom..... 52

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Nada muda na sinalização para a Selic no fim do ciclo..... 54

VALOR ECONÔMICO - SP - EU  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Os riscos para a economia mundial..... 55

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
ECONOMIA

Fazenda reduz previsão oficial de inflação para 3,5% em 2024..... 58

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - SOCIAL/GERAL  
ECONOMIA

Ministério da Fazenda reduz previsão da inflação para 3,5% em 2024..... 59

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ECONOMIA

Redução da Selic impacta no bolso..... 60

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SAQUE ANIVERSÁRIO

Governo discute opções para limitar antecipação do saque-aniversário..... 61

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SAQUE ANIVERSÁRIO

Propostas para acabar com saque-aniversário do FGTS..... 63

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SAQUE ANIVERSÁRIO

Governo prepara novas regras do saque-aniversário..... 65



# Deputados articulam fim da contribuição de aposentados e pensionistas do serviço público

Com apoio de deputados federais que integram a base do governo Lula (PT) e da oposição, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2024, conhecida como PEC Social, superou as 171 assinaturas, número mínimo exigido para o início da tramitação de uma PEC. O texto prevê o fim da contribuição de aposentados e pensionistas do setor público com a **Previdência Social**, uma medida que pode gerar um impacto de R\$ 6,039 bilhões apenas aos cofres da União.

O montante pode chegar a R\$ 25 bilhões anuais no âmbito dos três entes federativos (União, estados e municípios). Diante do peso da medida, o assunto foi discutido em reunião fechada realizada na tarde desta quarta-feira (20), entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e dirigentes de entidades que defendem o fim da cobrança. O índice que impacta no bolso de aposentados e pensionistas é de 11%, e foi instituído em 1999 após reforma da Previdência aprovada pelo Congresso no governo de Fernando Henrique Cardoso.

De autoria do deputado federal Cleber Verde (MDB-MA), a proposta mobilizou os parlamentares de forma rápida e entrou na rota de negociações diretas do próprio Lira. O assunto também foi debatido recentemente por Lira e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. No encontro, o ministro se posicionou contra a medida, apontando o impacto sobre as contas públicas como principal obstáculo.

Acabar com o modelo de contribuição dos aposentados e pensionistas do setor público não é conversa nova no Parlamento. Contudo, foi nas últimas semanas que ela foi intensificada. Cleber Verde, autor do texto atual, conta com o apoio do ex-deputado Luiz Carlos Mota (PSB-MG), que também esteve na reunião com Lira. É de Mota a proposta inicial, elaborada há quase 18 anos e que nunca avançou na Casa.

Como exemplo, ele usou o piso nacional da enfermagem, que ficou anos em negociação na Câmara e no Senado, além do Supremo Tribunal Federal (STF), até que fosse implementado. Lira sugeriu que as entidades busquem o apoio de fora

para dentro, antes de dar andamento à PEC.

"Foi uma conversa transparente, em que o presidente Lira pediu que trabalhássemos a base, com convencimento dos diferentes líderes. A proposta respeita o ritmo de adaptações das contas públicas e corrige injustiças", afirmou o presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco), Mauro Silva.

Para Edilson Haubert, presidente do Movimento Nacional dos **Servidores Públicos** Aposentados e Pensionistas (Mosap), a aprovação da PEC, quando ocorrer, irá solucionar o que eles chamam de "injustiça", que se estende há quase 20 anos. Pelos cálculos da entidade, Estados e o DF teriam uma renúncia fiscal de cerca de R\$ 16,7 bilhões com a medida. Os dados em relação aos municípios são divergentes, já que, segundo a entidade, até 2022, dos 5.568 municípios do país, apenas 2.113 tinham regime próprio de **Previdência Social**, onde incidiria a medida.

"Esse dinheiro faz muita falta para os aposentados e pensionistas, que pagam contribuição a vida toda e ainda precisam pagar em cima de uma aposentadoria que já é reduzida", afirmou.

Cleber Verde e Luiz Carlos Mota afirmaram que vão buscar a ampliação de apoios para a tramitação da medida, que não tem previsão de ser colocada em pauta. As entidades também prometem intensificar as conversas junto aos parlamentares, tanto na Câmara quanto no Senado. Eles também querem colocar o próprio presidente Lula nas negociações, já que o tema foi levantado pelo petista durante a campanha eleitoral. "O presidente Lula assumiu um compromisso comigo na campanha de que ele vai acabar com essa contribuição. E nós vamos até ele para buscar isso", afirmou Mota. Fonte: **Congresso em Foco**

**Site:** <https://jornalalerta.com.br/deputados-articulam-fim-da-contribuicao-de-aposentados-e-pensionistas-do-servico-publico/>

# Veja quem pode pedir diferença salarial de 28% - SERVIDOR

*Gustavo Silva*

**Servidores públicos** federais têm uma última oportunidade para pleitear os valores devidos pela União referentes ao reajuste de 28,86%. Isso porque foi formado um título executivo em uma Ação Civil Pública proposta no Mato Grosso do Sul, que dá ao estatutário que não ajuizou ação a chance de requerer seu direito por meio de cumprimento de sentença. Também podem requerer os pagamentos retroativos da correção salarial aqueles que, mesmo com ações na Justiça ou acordos administrativos, tenham algum período que não foi objeto de análise para o cálculo dessas diferenças.

## ENTENDA O CASO

A tese dos 28,86% tem como finalidade o pagamento de retroativos oriundos das leis 8.622 e 8.627, de 1993. A reivindicação se deve porque, inicialmente, as legislações beneficiaram somente militares.

A Justiça Federal, então, reconheceu a garantia que os servidores civis também tinham o direito de pleitear o pagamento do reajuste de 28,86%, por violação ao princípio da isonomia, explica o especialista em atendimento a **servidores públicos**, o advogado Marcos Henrique Feitosa Maciel, do Martorelli Advogados. O prazo para esse pedido vai até dia 2 de agosto.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Impasse trava projeto que pune "devedor contumaz"

**IANDER PORCELLA/BRASÍLIA**

O Ministério da Fazenda pressiona para que a Câmara aprove punição ao chamado "devedor contumaz" - o empresário que usa a inadimplência como estratégia de negócio, ou seja, age de má-fé. A medida fazia parte de um projeto de lei enviado pelo governo que cria benefícios a bons pagadores de impostos, mas que foi retirada do texto pelo relator, deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO).

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, o secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan, e o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, ainda tentam convencer Ayres a incluir no texto a punição ao devedor contumaz. Por outro lado, o setor de combustíveis, que seria o mais afetado, quer manter a regra de fora por considerar a proposta do governo "confusa" e abrangente demais. O projeto deve ser votado semana que vem.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Arrecadação de fevereiro atinge recorde de R\$ 186 bi

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 186,5 bilhões em fevereiro, um aumento real de 12,3% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Segundo os dados, divulgados ontem pela **Receita Federal**, esse é o maior montante para meses de fevereiro da série histórica, iniciada em 1995.

No acumulado dos dois primeiros meses do ano, o valor alcançado foi de R\$ 467,2 bilhões, um acréscimo real de 8,82%.

Contribuiu para esse resultado a tributação de fundos exclusivos, que rendeu R\$ 4 bilhões aos cofres do governo em fevereiro.

A arrecadação de Imposto de Renda (IR) sobre rendimentos de capital teve alta real de 58%, para R\$ 11 bilhões devido à medida, sancionada pelo Executivo em dezembro.

O PIS/Pasep e a Cofins tiveram juntos um aumento real de 21,4% na arrecadação, para R\$ 39 bilhões em fevereiro, na esteira do bom desempenho dos setores de serviços e do varejo.

A retomada da tributação integral sobre combustíveis também corroborou para o resultado.

Apenas com a tributação desse setor, foram arrecadados R\$ 3,19 bilhões de PIS/Cofins em fevereiro deste ano. A receita previdenciária, por sua vez, teve alta real de 4,7%, para R\$ 50 bilhões, devido ao crescimento real de 6,47% da massa salarial.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, observou que houve uma redução de 40% em fevereiro na utilização de créditos decorrentes de decisões judiciais, comparado com o mesmo período do ano passado. No entanto, o efeito na arrecadação não é direto nem imediato. "Houve redução da limitação dos direitos creditórios, mas a arrecadação não sofre o mesmo e direto efeito redutor.

Contribuintes podem estar utilizando outros direitos creditórios, para abater **tributos**", afirmou, em coletiva de imprensa.

O economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe

Salto, destacou que as receitas apresentaram crescimento robusto frente ao mesmo mês do ano passado, superando até mesmo as expectativas do Prisma Fiscal. "A partir dos dados de janeiro e fevereiro serão tomadas decisões relativas à execução orçamentária futura, como bloqueios e contingenciamentos. O Governo Central tem a ambiciosa meta de zerar o déficit primário neste ano e conta especialmente com o crescimento da arrecadação para atingir este objetivo", recordou.

Em relatório macro, a equipe da XP afirmou que a arrecadação tributária de fevereiro tem sinais positivos e negativos, mas que, em geral, as medidas do governo não atenderam as expectativas. "No lado negativo, alguns efeitos das medidas implementadas no início do ano não atingiram as expectativas", disse, em nota.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>



# Quase R\$ 3 bi bloqueados

» **ROSANA HESSEL**

A equipe econômica deve anunciar, hoje, o primeiro contingenciamento do ano nas contas públicas. A expectativa de técnicos do governo é de que o valor bloqueado seja de R\$ 2,9 bilhões.

Apesar da surpresa positiva na arrecadação, existe o aumento de despesas permanentes criadas no ano passado, sem uma fonte de recurso recorrente.

As projeções de receita do governo estão mais otimistas do que as do mercado. A atividade econômica está desacelerando em relação a 2023, quando o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu 2,9%. O Ministério da Fazenda espera avanço de 2,2% no **PIB** deste ano, acima das estimativas de 1,8% do mercado, segundo o boletim Focus, do Banco Central.

Na avaliação da economista Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, é possível que o governo anuncie um contingenciamento de R\$ 2,9 bilhões, porque tudo vai depender das premissas do governo. "As premissas adotadas pelo governo acabam influenciando, de certa forma, o resultado primário e o quanto o governo deve bloquear, e ainda tem a questão das medidas adicionais com algumas propostas desidratadas, como é o exemplo do Juro sobre Capital Próprio (JCP). Então, existem alguns eventos que contribuem para a piora desse resultado primário", alertou.

Não à toa, ela lembrou que arrecadação está surpreendendo positivamente, mas "ainda está R\$ 5 bilhões abaixo do esperado no decreto de programação orçamentária e financeira, se consideradas as receitas administradas pela **Receita Federal**, e R\$ 12 bilhões abaixo, se consideradas todas as receitas primárias".

Para piorar, as previsões do mercado apontam para um rombo fiscal bem acima do previsto na margem de tolerância da meta, de até R\$ 27 bilhões. Conforme dados do Prisma Fiscal, coletados pela Fazenda, a previsão do mercado é de um déficit, este ano, de R\$ 82,8 bilhões, levemente abaixo do saldo negativo de R\$ 90,2 bilhões estimado em novembro de 2023.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Receita já recebeu mais de 5 mi declaração de imposto de renda

Nos seis primeiros dias do prazo, mais de 5 milhões de contribuintes acertaram as contas com o Leão. Até a tarde de ontem, a **Receita Federal** havia recebido 5.044.251 declarações. Isso equivale a 11,73% das 43 milhões de declarações esperadas para este ano.

O prazo de entrega da declaração começou às 8h da última sexta-feira (15) e vai até as 23h59 min 59s de 31 de maio. O novo intervalo, segundo a Receita, foi necessário para que todos os contribuintes tenham acesso à declaração pré-preenchida, que é enviada duas semanas após a entrega dos informes de rendimentos pelos empregadores, pelos planos de saúde e pelas instituições financeiras.

Segundo a **Receita Federal**, 84,8% das declarações entregues até agora terão direito a receber restituição, enquanto 8,6% terão que pagar Imposto de Renda e 6,6% não têm imposto a pagar nem a receber.

A maioria dos documentos foi preenchida a partir do programa de computador (73,6%), mas 15% dos contribuintes recorrem ao preenchimento online, que deixa o rascunho da declaração salvo nos computadores do Fisco (nuvem da Receita), e 11,5% declaram pelo aplicativo Meu Imposto de Renda.

Um total de 45,2% dos contribuintes que entregaram o documento à **Receita Federal** usaram a declaração pré-preenchida, por meio da qual o declarante baixa uma versão preliminar do documento, bastando confirmar as informações ou retificar os dados. A opção de desconto simplificado representa 58,2% dos envios.

## Novo prazo

Até 2019, o prazo de entrega da declaração começava no primeiro dia útil de março e ia até o último dia útil de abril. A partir da pandemia de covid-19, a entrega passou a ocorrer entre março até 31 de maio.

Desde 2023, passou a vigorar o prazo mais tardio, com o início do envio em 15 de março, o que dá mais tempo aos contribuintes para prepararem a declaração desde o fim de fevereiro, quando chegam os informes de rendimentos.

Outro fator que impulsionou o recorde foi a antecipação do download do programa gerador da

declaração.

Inicialmente previsto para ser liberado a partir desta sexta, o programa foi antecipado para terça-feira passada (12).

Segundo a **Receita Federal**, a expectativa é que sejam recebidas 43 milhões de declarações neste ano, número superior ao recorde do ano passado, quando o Fisco recebeu 41.151.515 documentos. Quem enviar a declaração depois do prazo pagará multa de R\$ 165,74 ou 20% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

Segundo informou a **Receita Federal**, 84,8% das declarações entregues até agora terão direito a receber restituição.

## Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

# Arrecadação federal cresce 12,2% e tem melhor fevereiro da história

**BIANCA LIMA ANNA CAROLINA PAPP MARIANA  
CARNEIRO | COLABOROU FERNANDA  
TRISOTTO/BRASÍLIA**

Atrás de receita extra para sustentar a meta de déficit fiscal zero neste ano, o governo anunciou ontem uma arrecadação recorde com **impostos** e contribuições federais em fevereiro: R\$ 186,522 bilhões, com alta real (descontada a **inflação**) de 12,27% ante fevereiro de 2023.

De acordo com a **Receita Federal**, esse foi o melhor resultado para o mês, em termos reais, desde o início da série histórica, em 1995. No acumulado dos dois primeiros meses do ano, a arrecadação federal chega a R\$ 467,158 bilhões, 8,82% a mais do que no mesmo período do ano passado e em patamar também recorde, segundo a Receita (veja quadro na pág. B2).

Assim como ocorreu em janeiro, o resultado de fevereiro refletiu o pacote de medidas adotado ainda em 2023 pelo Ministério da Fazenda para tentar turbinar a arrecadação, como a mudança da taxa sobre os chamados fundos exclusivos - rubrica que, sozinha, gerou R\$ 4 bilhões em receitas extras no mês passado.

Também contribuíram para o resultado a retomada da tributação regular sobre o preço do diesel e o aumento de receitas previdenciárias, com o crescimento da massa salarial.

A divulgação ocorreu na véspera de o Ministério do Planejamento divulgar o primeiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas - previsto para hoje. As indicações são de que o aumento da arrecadação e a revisão de gastos com benefícios previdenciários devem afastar o risco de um bloqueio significativo nas despesas de custeio e investimentos do governo.

Esse cenário dá um fôlego à meta de déficit zero do ministro Fernando Haddad, da Fazenda, vista com ceticismo pelo mercado e condenada pela ala política do governo, que quer mais espaço para gastos.

O bom desempenho da receita, se mantido, pode permitir a abertura de um crédito suplementar para gastos, como prevê o novo arcabouço fiscal. Ao Estadão, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, afirmou, porém, que a equipe econômica só irá lançar

mão desse crédito extra se ele não prejudicar o cumprimento da meta. Ele disse ainda que a abertura poderá ser parcial e consumida em parte por despesas obrigatórias, como benefícios previdenciários.

Pela regra do arcabouço, o governo poderá abrir um crédito extra em maio caso as estimativas de receita sejam maiores do que as atuais. Esse montante vem sendo estimado por economistas em R\$ 15 bilhões.

"Não é só analisar se a receita preenche o pré-requisito, e, sim, se ela está performando a ponto de uma abertura parcial ou integral - e se esse espaço não vai prejudicar o cumprimento da meta. Se não tiver espaço primário para poder fazer essa execução, ela é inócua", disse Ceron.

Bimestre

Com resultado de fevereiro, total nos dois primeiros meses do ano vai a R\$ 467,1 bi

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Arrecadação sobe 12% e bate recorde em fevereiro

**VICTORIA ABEL** [victoda.abel@bsb.oglobo.com.br](mailto:victoda.abel@bsb.oglobo.com.br)  
**BRASILIA**

A **Receita Federal** informou ontem que a arrecadação do governo chegou a R\$ 186,5 bilhões em fevereiro, alta real de 12,27% na comparação com igual período do ano passado. O resultado é o melhor para o mês desde 1995, quando teve início a série histórica. O acumulado do primeiro bimestre também foi recorde, com R\$ 467 bilhões, um acréscimo de 8,82% em comparação ao mesmo período de 2023.

A arrecadação recorde vem após o governo ter conseguido aprovar no Congresso, em 2023, medidas como a tributação de fundos exclusivos (fechados para alta renda) e offshore (no exterior, geralmente em paraísos fiscais).

Só com a taxação de fundos exclusivos, o acréscimo foi de R\$ 8,1 bilhões em janeiro e fevereiro de 2024, segundo os dados da Receita. Além disso, é dada como certa a entrada de mais uma parcela de cerca de R\$ 4 bilhões no mês de março.

-A expectativa é que a arrecadação com fundos exclusivos vai aumentar em relação aos R\$ 13 bilhões que esperávamos ano passado -disse o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, em entrevista, evitando cravar uma nova estimativa de arrecadação com a medida.

O ingresso dado como certo pelo governo desses primeiros R\$ 12 bilhões em 2024 refere-se apenas ao estoque dos recursos que já estavam guardados nesses fundos. Esses rendimentos não sofreram incidência de Imposto de Renda nos últimos anos, graças à regra da época, que tributava apenas o resgate. A nova lei determinou a atualização desses ativos e o recolhimento do imposto a uma alíquota reduzida de 8% e com pagamento parcelado entre dezembro de 2023 e março de 2024.

Para o futuro, esses fundos passarão a ser alvo do chamado "come-cotas", um recolhimento semestral de 15% sobre os rendimentos observados no período.

O aumento da arrecadação também teve relação com o fim da desoneração sobre a gasolina e o diesel, a partir de janeiro deste ano. No mês passado,

contribuiu ainda para um maior volume de vendas de bens e serviços o crescimento de 11,27% da massa salarial.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Arrecadação sobe 12,3% e tem novo recorde

**Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana De Brasília**

Depois de um desempenho recorde em janeiro, a arrecadação federal continuou forte em fevereiro e atingiu R\$ 186,5 bilhões, alta real de 12,3% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Foi o melhor resultado para fevereiro na série história da **Receita Federal**, iniciada em 1995.

Considerando somente as receitas administradas, houve alta real de 11,95% em fevereiro, somando R\$ 179 bilhões. Já a receita própria de outros órgãos federais (que inclui royalties de petróleo, por exemplo) foi de R\$ 7,5 bilhões no mês passado, alta real de 20,4%.

No acumulado deste ano, a arrecadação somou R\$ 467,2 bilhões, crescimento de 8,8%, sempre real e sob igual período do ano passado. O resultado também foi recorde para o primeiro bimestre na série histórica.

Um fator que puxou o resultado de fevereiro foi a arrecadação atípica de R\$ 4 bilhões com a tributação do estoque dos fundos exclusivos. Somando janeiro, a tributação somou R\$ 8,1 bilhões. Há, ainda, uma última parcela para a regularização do estoque, que ocorrerá no mês de março.

A cobrança de Imposto de Renda sobre o dinheiro aplicado nesses fundos começou em dezembro de 2023, quando gerou receita de R\$ 3,9 bilhões. Inicialmente, a projeção da equipe econômica era arrecadar R\$ 13,3 bilhões com a tributação do estoque e do fluxo, mas a expectativa agora da Receita é que somente com o estoque já seja possível superar esse valor. No meio do ano, ainda há um pagamento referente ao chamado "come-cotas", que incide sobre os lucros dos fundos.

Além dos fundos exclusivos, o recolhimento de PIS/Pasep e da Cofins ajudou no resultado de fevereiro. A arrecadação desses **tributos** cresceu 21,4%, para R\$ 39 bilhões, explicado pelo aumento no volume de vendas e de serviços e pelo retorno da tributação sobre combustíveis, que no ano passado foi desonerado.

A receita previdenciária também contribuiu positivamente, com alta real de 4,7%, totalizando R\$ 50,3 bilhões, resultado que se deve ao crescimento real de 6,47% da massa salarial e do aumento da contribuição das empresas do Simples Nacional. Outro fator positivo foi o Imposto de Renda sobre

rendimentos de residentes no exterior, que somou R\$ 4,3 milhões, 32,8% mais que no mesmo mês de 2023.

Por outro lado, os números do fisco mostram que o governo federal deixou de arrecadar R\$ 10,2 bilhões em fevereiro por causa de desonerações tributárias. No mesmo mês de 2023, a renúncia foi de R\$ 12,7 bilhões.

Os dados mostram, ainda, que as compensações tributárias somaram R\$ 14,4 bilhões em fevereiro deste ano, contra R\$ 12,1 bilhões no mesmo mês do ano passado. Na comparação com janeiro e dezembro, porém, houve queda, já que as compensações somaram R\$ 27 bilhões e R\$ 24,7 bilhões, respectivamente.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, explicou que fevereiro foi o primeiro mês com efeito da medida provisória que limitou o uso de compensações oriundas de decisão judicial.

A Receita já observou uma queda superior a 40% no uso desse tipo de abatimento de **tributos**, mas o efeito na arrecadação não é direto nem imediato, disse Malaquias. "Contribuinte que teve sua compensação limitada pode ter lançado mão de outros direitos creditórios", explicou Malaquias.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187821?page=1&section=1>

# Arrecadação federal cresce e tem melhor desempenho

Atrás de receita extra para sustentar a meta de déficit fiscal zero neste ano, o governo anunciou ontem uma arrecadação recorde com **impostos** e contribuições federais em fevereiro: R\$ 186,522 bilhões, com alta real (descontada a **inflação**) de 12,27% ante fevereiro de 2023. De acordo com a **Receita Federal**, esse foi o melhor resultado para o mês, em termos reais, desde o início da série histórica, em 1995. No acumulado dos dois primeiros meses do ano, a arrecadação federal chega a R\$ 467,158 bilhões, 8,82% a mais do que no mesmo período do ano passado e em patamar também recorde, segundo a Receita.

Assim como ocorreu em janeiro, o resultado de fevereiro refletiu o pacote de medidas adotado ainda em 2023 pelo Ministério da Fazenda para tentar turbinar a arrecadação, como a mudança da taxa sobre os chamados fundos exclusivos - rubrica que, sozinha, gerou R\$ 4 bilhões em receitas extras no mês passado. Também contribuíram para o resultado a retomada da tributação regular sobre o preço do diesel e o aumento de receitas previdenciárias, com o crescimento da massa salarial.

A divulgação ocorreu na véspera de o Ministério do Planejamento divulgar o primeiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas - previsto para esta sexta, 22. As indicações são de que o aumento da arrecadação e a revisão de gastos com benefícios previdenciários devem afastar o risco de um bloqueio significativo nas despesas de custeio e investimentos do governo.

Esse cenário dá um fôlego à meta de déficit zero do ministro Fernando Haddad, da Fazenda, vista com ceticismo pelo mercado e condenada pela ala política do governo, que quer mais espaço para gastos.

O bom desempenho da receita, se mantido, pode permitir a abertura de um crédito suplementar para gastos, como prevê o novo arcabouço fiscal. Ao Estadão, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, afirmou, porém, que a equipe econômica só irá lançar mão desse crédito extra se ele não prejudicar o cumprimento da meta. Ele disse ainda que a abertura poderá ser parcial e consumida em parte por despesas obrigatórias, como benefícios previdenciários.

Pela regra do arcabouço, o governo poderá abrir um crédito extra em maio caso as estimativas de receita

sejam maiores do que as atuais. Esse montante vem sendo estimado por economistas em R\$ 15 bilhões.

"Não é só analisar se a receita preenche o pré-requisito, e, sim, se ela está performando a ponto de uma abertura parcial ou integral - e se esse espaço não vai prejudicar o cumprimento da meta. Se não tiver espaço ela é inócua", disse Ceron.

**Site:** [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-50faea8ef4c62e6c3980d837e32f6063.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-50faea8ef4c62e6c3980d837e32f6063.pdf)

# Desempenho do mês reforça sinais de recuperação da atividade econômica

**Lu Aiko Otta Brasília**

## Análise

A arrecadação de R\$ 186,5 bilhões registrada em fevereiro, com crescimento real de 12,27% em relação a igual mês do ano passado, reflete o processo de recuperação da atividade econômica. Dentro do Ministério da Fazenda, são comemorados sinais como o aumento de receitas com o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de crédito e o desempenho das contribuições previdenciárias, reflexo do aumento da massa salarial.

Além de uma economia mais forte, puxada pela venda de bens e serviços principalmente, o resultado pode ser explicado pelo efeito de medidas aprovadas no ano passado, como a cobrança do Imposto de Renda sobre fundos de investimento exclusivos, a nova lei de subvenções e a retomada, para o governo, do voto de desempate em discussões entre o fisco e os contribuintes no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Pesou, também, uma aproximação entre a Receita e os contribuintes, segundo informou o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Claudemir Malaquias. Desde o ano passado, a Receita tem priorizado o estímulo a que contribuintes em débito regularizem sua situação, em vez de lançar mão de medidas duras de fiscalização. Com isso, tem conseguido uma arrecadação de mais qualidade, disse.

Ainda não há dados que permitam identificar quanto da arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aumentou por causa da melhora na economia e quanto seria efeito, por exemplo, das novas regras para tratamento de subvenções aprovadas em 2023. Numa dura negociação com o Congresso Nacional, o governo conseguiu aprovar no fim de 2023 uma lei que impede empresas de abater, de sua base de cálculo do IRPJ e da CSLL, os incentivos fiscais concedidos por governos estaduais.

Fonte do governo disse que, embora não haja números ainda, é possível dizer que essa e outras mudanças na lei estão produzindo efeitos. Não há sinais no sentido contrário. Os sinais de recuperação

na economia podem ser vistos, por exemplo, no aumento de 4,74% das receitas previdenciárias em fevereiro, ante igual mês em 2023. Além disso, as receitas do Simples avançaram 7,16% no mesmo período de comparação. O valor das notas fiscais eletrônicas emitidas avançou 1,13% em janeiro, na comparação com janeiro de 2023.

Os dados confirmam a recuperação da economia, mas a Secretaria de Política Econômica (SPE) optou por manter sua projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2,2% neste ano.

O bom desempenho da arrecadação, por sua vez, permitirá que o governo anuncie hoje (22) que os números apontam para o cumprimento da meta de zerar o déficit fiscal neste ano. Até agora, os resultados das receitas estão em linha com o esperado para o ano.

O mesmo não pode ser dito das despesas. Gastos com Previdência estão crescendo acima do previsto. Por isso, deverá ser anunciado nesta sexta um bloqueio de cerca de R\$ 3 bilhões, para que não seja descumprido o "teto" do arcabouço fiscal.

## Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187821?page=1&section=1>

# Receita abre consulta a lote residual de restituição do Imposto de Renda

## MALHA FINA

A **Receita Federal** abriu consulta a mais um lote residual do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Cerca de 206 mil contribuintes que haviam caído na malha fina e acertaram as contas com o Fisco receberão R\$ 339 milhões.

O pagamento será feito na conta informada na declaração do Imposto de Renda no próximo dia 28. Ao todo, 205.930 contribuintes que declararam em anos anteriores foram contemplados. Desse total, 4.201 têm mais de 80 anos, 28.541 têm entre 60 e 79 anos, 3.404 têm alguma deficiência física, mental ou doença grave e 6.910 têm o magistério como principal fonte de renda. Também há 106.096 contribuintes sem prioridade legal, mas que receberam prioridade por terem usado a declaração pré-preenchida ou optado por receber a restituição por Pix. Por fim, foram contemplados 56.778 para não prioritários.

**Site:** <https://d24am.com/wp-content/uploads/2024/03/e928aed643455c50ef3c0bea3ed5708d7742d43e6f801c538431b30ef122358d.pdf>



# Receita recebe mais de 5 milhões de declarações

Nos seis primeiros dias do prazo, mais de 5 milhões de contribuintes acertaram as contas com o Leão. Até as 14h46 desta quinta-feira (21), a **Receita Federal** recebeu 5.044.251 declarações. Isso equivale a 11,73% das 43 milhões de declarações esperadas para este ano.

O prazo de entrega da declaração começou às 8h da última sexta-feira (15) e vai até as 23h59min59s de 31 de maio. O novo intervalo, segundo a Receita, foi necessário para que todos os contribuintes tenham acesso à declaração pré-preenchida, que é enviada duas semanas após a entrega dos informes de rendimentos pelos empregadores, pelos planos de saúde e pelas instituições financeiras.

Segundo a **Receita Federal**, 84,8% das declarações entregues até agora terão direito a receber restituição, enquanto 8,6% terão que pagar Imposto de Renda e 6,6% não têm imposto a pagar nem a receber.

A maioria dos documentos foi preenchida a partir do programa de computador (73,6%), mas 15% dos contribuintes recorrem ao preenchimento online, que deixa o rascunho da declaração salvo nos computadores do Fisco (nuvem da Receita), e 11,5% declaram pelo aplicativo Meu Imposto de Renda.

Um total de 45,2% dos contribuintes que entregaram o documento à **Receita Federal** usaram a declaração pré-preenchida, por meio da qual o declarante baixa uma versão preliminar do documento, bastando confirmar as informações ou retificar os dados. A opção de desconto simplificado representa 58,2% dos envios.

**Site:** <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-03-21%2021:30:21.pdf>

# Receita já recebeu mais de 5 milhões de declarações do IR

Nos seis primeiros dias do prazo, mais de 5 milhões de contribuintes acertaram as contas com o Leão. Até as 14h46 de ontem, a **Receita Federal** recebeu 5.044.251 de declarações. Isso equivale a 11,73% das 43 milhões de envios esperados para o ano. O prazo vai até 31 de maio.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Hora de acertar contas com o 'leão' do imposto de renda

Começou na última sexta-feira (15) o período para a entrega da Declaração do Imposto de Renda (IR) 2024, referente ao ano base 2023. Quem perder o prazo vai precisar pagar multa de no mínimo R\$ 165,74, mesmo que não tenha imposto a pagar. O valor máximo é o equivalente a 20% sobre o IR devido. Para evitar a multa, deve-se ficar atento ao prazo, que se estende até o dia 31 de maio. A estimativa é de que, este ano, cerca de 43 milhões entreguem o documento, de acordo com a **Receita Federal**.

Neste ano de 2024, conforme explica Antônio Marinaldo Silva, auditor fiscal da **Receita Federal** e supervisor regional do Imposto de Renda no Pará, a lista de obrigatoriedades foi atualizada, com novos limites de valores e regras. "Uma das coisas mais importantes é que, até o ano passado, a obrigatoriedade de declarar o IR se aplicava a quem ganhava, anualmente, acima de R\$ 28.559,00. Para este ano, o limite foi ajustado para rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90", destaca.

Rendimentos tributáveis, conforme citado pelo auditor, são os valores recebidos ao longo do ano, como salários, aluguéis e lucros de investimentos, que estão sujeitos a tributação. Em 2024, quem recebeu mais de R\$ 30.639,90 durante o ano é obrigado a declarar esses ganhos no IR.

Um dos mecanismos para ajudar no processo é a declaração pré-preenchida, disponível na plataforma gov.

br. Trata-se de formulário do IR que já vem com algumas informações do contribuinte preenchidas automaticamente, como rendimentos e deduções do ano anterior, facilitando o processo de declaração.

Para usá-la, é necessário uma conta de nível ouro ou prata, que são categorias que indicam maior ou menor grau de verificação de identidade do usuário.

VEJA O PASSO A PASSO DE COMO DECLARAR: Baixe o Programa Gerador da Declaração (PGD IRPF 2023) no site da **Receita Federal**.

Se preferir, você pode baixar o aplicativo "Meu Imposto de Renda" no Google Play (Android) ou na AppStore (iOS).

Caso possua certificado digital ou conta gov.br, acesse o novo portal de serviços da Receita para encontrar a declaração pré-preenchida, bastando apenas validar as informações.

O programa é autoexplicativo e auxilia no preenchimento.

As instruções estão disponíveis a partir do menu "Ajuda" ou acionando a tecla "F1" no campo desejado.

Após preencher cada um dos quadros com as informações necessárias, é importante conferir o "status" da declaração para verificar se há alguma pendência.

## QUAIS DOCUMENTOS SÃO NECESSÁRIOS?

Comprovantes de todos os rendimentos obtidos ao longo do ano passado, incluindo informe de rendimento das fontes pagadoras (empresas, governo, pessoas físicas etc.); Comprovantes de despesas próprias ou de dependentes com médicos, hospitais e clínicas, planos de saúde, dentistas e psicólogos, além de gastos com educação; Informações sobre dívidas contraídas no ano anterior, além de comprovantes de eventuais compra e venda de bens móveis e imóveis; É obrigatório guardar por cinco anos todos os documentos referentes à Declaração.

Por qual modelo de declaração devo optar?

A escolha entre a versão Simples ou Completa da Declaração depende do volume de despesas que você teve no ano passado. Se optar pela Simples, é aplicada uma dedução automática de 20% dos rendimentos tributáveis, limitados a R\$ 16.754,34. Com isso, você abre mão de todas as deduções permitidas, incluindo as com gastos com educação e saúde.

## O QUE DEVE SER DECLARADO?

Todas as fontes de receita, seja como assalariado, prestador de serviços, sócio de empresa ou aposentado; Receitas provenientes de outras pessoas físicas, como aluguéis e pensão alimentícia, e de fontes do exterior; Mesmo rendimentos isentos de imposto, como os rendimentos da caderneta de

poupança, devem ser apresentados na declaração.

Isso inclui bolsas de estudo, lucros de sócios, entre outros rendimentos isentos e não tributáveis; Todas as receitas obtidas com aplicações financeiras; Todos os pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas, quando dedutíveis na declaração; Todos os bens e direitos que constituíam o seu patrimônio (e de dependentes) em 31.12.2023; Doações feitas a pessoas físicas e jurídicas, entidades e partidos políticos.

**DEDUÇÕES** As deduções do IR são os valores que podem ser abatidos da declaração. Elas incluem gastos com saúde, educação, previdência privada, pensão e dependentes.

Gastos com consultas médicas, cirurgias plásticas, tratamentos odontológicos, fisioterapia, exames laboratoriais, aparelhos ortopédicos, próteses dentárias, entre outros, são dedutíveis.

Despesas com educação também podem ser deduzidas, incluindo gastos com educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação superior e ensino técnico. No entanto, despesas com cursos de idiomas ou esportes, por exemplo, não são dedutíveis.

Já quem paga pensão alimentícia pode deduzir o gasto de sua declaração, desde que a pensão tenha sido definida por decisão judicial ou por escritura pública.

**CALENDÁRIO DO IR** O período de entrega da Declaração de IR 2024 ocorre de 15 de março a 31 de maio. O pagamento do imposto devido pode ser feito em até oito cotas, com o primeiro vencimento no dia 31 de maio. As demais parcelas devem ser pagas até o final dos meses subsequentes.

**RESTITUIÇÃO DO IR 2024** As restituições serão pagas em cinco lotes, a partir de maio. O primeiro está previsto para o dia 31 de maio.

Os demais serão pagos em junho (28), julho (31), agosto (30) e setembro (30). A prioridade de pagamento será dada a idosos, portadores de doenças graves, deficientes físicos e mentais.

Estimativa da Receita é de que, este ano, cerca de 43 milhões de pessoas entreguem o documento

**Site:** [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-50faea8ef4c62e6c3980d837e32f6063.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-50faea8ef4c62e6c3980d837e32f6063.pdf)

# Cai a revisão da vida toda

**RENATO SOUZA LUANA PATRIOLINO EDLA LULA**

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram ontem, por sete votos a quatro, que o uso do fator previdenciário para o cálculo das aposentadorias antes da Lei 9.876/1999, é de aplicação obrigatória. Essa decisão, na prática, anulou a chamada revisão da vida toda para aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Como houve o entendimento de que a Constituição proíbe a aplicação de outros critérios para a concessão de benefícios, não será mais possível que o segurado use o cálculo que lhe seja mais vantajoso financeiramente.

Em dezembro de 2022, o STF deu vitória aos aposentados, entendendo que os recolhimentos realizados em período anterior a 1994 também deveriam ser apurados para fins de aposentadoria.

Assim, o segurado poderia escolher o cálculo que rendesse um valor maior na aposentadoria.

A decisão, que teve como relator o ministro Alexandre de Moraes, estabeleceu o limite para os casos de aposentadoria entre os anos de 1999, quando o fator previdenciário foi criado, e 2019, quando foi aprovada a reforma previdenciária. O **INSS** contestou o resultado, por meio do Recurso Extraordinário 1.276.977, e os chamados "embargos declaratórios" estavam em fase de julgamento.

Ontem, não foram esses recursos que estavam sendo julgados, mas a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2110, apresentada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCdoB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Socialista Brasileiro (PSB), e da ADI 2111, ajuizada pela Confederação Nacional do Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM). As duas ações questionavam as alterações feitas nos cálculos a partir da lei de 1999. O entendimento de ontem, no entanto, representa uma reviravolta na revisão da vida toda, ao obrigar o uso do fator previdenciário.

A decisão favorece a União, que reduz custos com os novos pagamentos, caso prevalecesse a decisão de 2022. O governo alegou que a regra mais benéfica aos aposentados teria impacto de R\$ 480 bilhões no orçamento da União. No entanto, levantamento do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário aponta que o custo seria menor, de R\$ 1,5 bilhão.

Votação Na sessão, pesou o voto do ministro Cristiano Zanin, que citou uma liminar de mais de 20 anos, dizendo que a regra de transição deve prevalecer. "A declaração de constitucionalidade do artigo 3º da Lei 9.876, de 1999, impõe que o dispositivo legal seja observado de forma cogente pelos demais órgãos do Poder Judiciário e pela administração pública, em sua interpretação literal, que não permite exceção", argumentou.

Seguiram Zanin os ministros Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux, Flávio Dino e Kassio Nunes Marques, relator da matéria, que acabou por mudar o seu voto anterior, ficando com a maioria, a favor do pedido do governo federal. Alexandre de Moraes, André Mendonça, Edson Fachin e Cármen Lúcia votaram a favor dos aposentados.

Em nota, a Advocacia-Geral da União (AGU) comemorou a decisão e disse que o entendimento "traz segurança jurídica" para as aposentadorias. "Entre outros aspectos, ela garante a integridade das contas públicas e o equilíbrio financeiro da **Previdência Social**, patrimônio de todos os brasileiros. Além disso, evita a instalação de um cenário de caos judicial e administrativo que o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) iria, inevitavelmente, enfrentar caso tivesse que implementar a chamada tese da revisão da vida toda, como observado nas razões apresentadas pela Advocacia-Geral da União (AGU) nos processos em trâmite no Supremo", detalha o texto.

Insegurança jurídica Especialistas e Direito Previdenciário, por outro lado, apontam que, ao contrário do que diz a AGU, a decisão intensificará a insegurança jurídica que prevalece hoje.

José Hailton Diana, advogado da Advocacia Riedel, destaca que a decisão dos magistrados afeta processos com situações semelhantes que estão tramitando nos tribunais brasileiros. "A decisão impactará milhares de processos que aguardavam a definição final do tema, que já havia sido analisado pelo STF em sede de repercussão geral. Tal decisão vai contra o interesse dos aposentados e pensionistas pois, caso não haja qualquer modificação ou modulação de efeito, a revisão da vida toda chega ao seu ponto final", explicou.

Ao todo, 4.319 processos estavam parados, aguardando a conclusão do julgamento relacionado à

revisão da vida toda.

Nas redes sociais, o advogado Pedro Serrano, integrante do grupo Prerrogativas, lamentou o fato de a decisão ter sido tomada pensando na questão fiscal, e não no trabalhador.

"Uma grande derrota para o nosso povo a derrubada pelo STF da tese da revisão da vida toda, há um verdadeiro poder desconstituente no país em relação aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Gastamos quase metade de nosso orçamento público com juros e serviços da dívida, além de grandes benefícios fiscais ao grande capital, e formas de cálculo previdenciário um pouco mais benéficas a nossos aposentados são tidos como os vilões das contas públicas.

Quanto ainda teremos de tempo histórico a frente para que a vida da maioria da humanidade deixe de ser preponderantemente dor, sofrimento e humilhação?", desabafou.

A ação que pede a revisão da vida toda prevê a aplicação de todo o período contributivo dos segurados para alcançar a média aritmética dos 80% maiores salários de contribuição. Com isso, em alguns casos, poderia haver o aumento do benefício de aposentadoria.

Trabalhadores que fizeram contribuições maiores antes de 1994, quando foi criado o Plano Real, poderiam ter seus valores revistos para mais.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# STF derruba tese da revisão da vida toda

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 7 a 4, anular a decisão sobre a chamada "revisão da vida toda" do **INSS**. A anulação ocorreu por via indireta, porque os ministros não chegaram a avaliar a ação que trata sobre a revisão. A justificativa é uma questão processual.

A maioria entendeu que, com base no julgamento realizado ontem, que validou a lei que instituiu regra de transição para o cálculo do benefício, o segurado não pode optar pela regra que lhe for mais favorável.

A decisão livra a União de um impacto estimado em R\$ 480 bilhões para as contas públicas. Votaram nesse sentido os ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Luiz Fux, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Kássio Nunes Marques.

Um advogado ouvido pelo Broadcast e que estava acompanhando o julgamento avaliou a decisão como um "absurdo processual".

"Vão destituir uma decisão já tomada por golpe de processo", afirmou.

Embora o objeto do julgamento realizado hoje fosse o fator previdenciário, já era consenso que essa regra seria declarada constitucional, dada a jurisprudência do Supremo sobre o tema até agora. O foco da discussão girou em torno do impacto deste julgamento na decisão sobre a revisão da vida toda, quando o Supremo reconheceu o direito dos segurados de optar pela regra mais vantajosa para o cálculo do benefício.

Isso porque, dentro da mesma lei que instituiu o fator previdenciário, também está a regra de transição que estabeleceu que apenas as contribuições após julho de 1994 seriam contabilizadas no benefício.

No julgamento da revisão da vida toda, os ministros entenderam que essa regra de transição seria opcional, e que os segurados devem ter o direito de escolher a regra geral, se ela lhes for mais favorável.

No entendimento da maioria dos ministros, uma liminar proferida pelo Supremo há 24 anos já reconhecia a constitucionalidade da regra de transição. Por isso, o julgamento da revisão da vida toda sequer poderia ter permitido que os segurados optassem pela regra geral.

**Site:**

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornalde>

*brasil/*



# Supremo derruba "revisão da vida toda" no INSS

*I LAVINIA KAUCZ/BRASÍLIA*

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, por 7 votos a 4, anular decisão aprovada em 2022 pela própria Corte que validava a tese da "revisão da vida toda" no **INSS**. Com a decisão, a União se livra de arcar com uma despesa extra da ordem de R\$ 480 bilhões, conforme projeção de riscos fiscais que consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. A revisão permitia incluir salários pagos antes de 1994 no cálculo de benefícios e, assim, aumentar o valor das aposentadorias.

A anulação ocorreu por via indireta, já que os ministros não chegaram a avaliar a ação que tratava da revisão. A justificativa para a anulação se baseou em uma questão processual. A maioria dos ministros entendeu que, com base no julgamento de ontem, que validou a lei que instituiu a regra de transição para o cálculo do benefício, o segurado não pode optar pela regra que lhe for mais favorável. Votaram pela anulação os ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Luiz Fux, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Kássio Nunes Marques.

A Advocacia-Geral da União (AGU) considerou "paradigmática" a decisão do Supremo.

Em nota, o ministro Jorge Messias afirmou que, "entre outros aspectos, ela (a decisão) garante a integridade das contas públicas e o equilíbrio financeiro da **Previdência Social**, patrimônio de todos os brasileiros".

A AGU avalia que a deliberação "evita a instalação de um cenário de caos judicial e administrativo que o **INSS** iria, inevitavelmente, enfrentar caso tivesse de implementar a chamada tese da revisão da vida toda".

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Para especialistas, chance de rever decisão adiante é baixa

**LETYCIA CARDOSO E VINÍCIUS NEDER**

Especialistas ouvidos pelo GLOBO após a decisão do STF avaliam que há pouco espaço para que ela seja revista. Mesmo assim, pretendem entrar com recursos na tentativa de reaver o direito de aposentados que ganhavam altos salários antes de julho de 1994 poderem considerá-los no cálculo do benefício.

O debate sobre a revisão da vida toda também inclui divergências quanto às cifras envolvidas. O governo avaliou que o resultado do julgamento representa economia de R\$ 480 bilhões. Somente no curto prazo, previsões anteriores falavam em impacto de mais de R\$ 40 bilhões até 2029. O diretor-adjunto do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Átila Abella, diz que o valor envolvido seria bem menor, já que o número de beneficiários é limitado.

O recurso só seria vantajoso para pessoas que tivessem feito contribuições expressivas antes do Plano Real e que, depois, tivessem passado a ter renda menor, fazendo, dessa forma, contribuições menores. Seria o caso de alguém que perdeu um emprego de boa remuneração e passou a trabalhar como autônomo com rendimento mais baixo, por exemplo.

A bella avalia que o Supremo recorreu a uma estratégia jurídica para refazer um julgamento de dezembro de 2022, com base em sua nova formação. Por isso, diz que o IBDP vai se valer de "embargos de declaração" contra a decisão -mesmo tipo de recurso usado pelo **INSS** em uma das ações envolvendo a "revisão da vida toda". O advogado previdenciário Luiz Almeida, no entanto, não vislumbra chances de sucesso no recurso.

Embora tenha criticado a decisão do STF, o advogado Everson Salem, coordenador regional de Santa Catarina do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), também vê poucas chances de recursos contrários serem bem-sucedidos.

- Houve outras decisões do STJ ou de tribunais páis afora garantindo direitos dos aposentados, mas o STF foi lá e mudou. O pacto econômico acabou falando mais alto -afirmou, ressaltando que a obrigatoriedade de o governo ter de gastar mais com a Previdência sempre é o "pano de fundo" dessas decisões judiciais.

Ele ainda criticou a forma como o STF chegou a essa decisão, com a mudança na composição dos ministros da Corte. Mesmo assim, o fato de o placar final ter sido de 7 votos a 4 dificulta o sucesso de qualquer recurso.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Supremo derruba revisão da vida toda na Previdência

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem (21) derrubar o entendimento da própria Corte que autorizou a revisão da vida toda de aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A reviravolta do caso ocorreu durante o julgamento de duas ações de inconstitucionalidade contra a Lei dos Planos de Benefícios da **Previdência Social** (Lei 8.213/1991).

Por 7 votos a 4, o STF decidiu que os aposentados não têm direito de optarem pela regra mais favorável para recálculo do benefício.

A mudança de entendimento ocorreu porque os ministros julgaram as duas ações de inconstitucionalidade, e não o recurso extraordinário no qual os aposentados ganharam o direito à revisão.

Regra obrigatória Ao julgarem constitucional as regras previdenciárias de 1999, a maioria dos ministros entendeu que a regra de transição é obrigatória e não pode ser opcional aos aposentados conforme o cálculo mais benéfico.

Durante o julgamento, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, disse que é preciso preservar a integridade fiscal do sistema previdenciário. "Ninguém fica feliz de não favorecer o segurado.

Mas nós também temos que zelar pela integridade do sistema, afirmou. Além de Barroso, também votaram contra a revisão os ministros Luiz Fux, Cristiano Zanin, Flávio Dino, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Nunes Marques.

Entenda o caso Em 2022, foi reconhecida a revisão da vida toda e permitido que aposentados que entraram na Justiça possam pedir o recálculo do benefício com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida. Na época, o STF, então com outra composição, reconheceu que o beneficiário poderia optar pelo critério de cálculo que renda o maior valor mensal.

Segundo o entendimento, a regra de transição feita pela Reforma da Previdência de 1999, que excluía as contribuições antecedentes a julho de 1994, quando o Plano Real foi implementado, poderia ser afastada caso fosse desvantajosa ao segurado.

Presidente do STF, Barroso disse que era importante

preservar a integridade do sistema

**Site:**

<https://edicaoimpresa.folhape.com.br/books/lkcw/#p=1>

# STF derruba tese da revisão da vida toda para cálculo de aposentadorias

**Beatriz Olivon De Brasília (Colaborou Estevão Tatar)**

Em uma reviravolta, ao julgar a validade de alterações na Lei de Benefícios da **Previdência Social** (Lei 8.213, de 1991) inseridas pela Lei nº 9.876, de 1999, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a tese da "revisão da vida toda". A derrota dos aposentados é uma vitória bilionária para o governo federal, que estimava custo potencial de R\$ 480 bilhões, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

O impacto financeiro da discussão não era unânime. Para o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), existiriam cerca de 383 mil benefícios passíveis de revisão e o valor seria bem menor: de R\$ 1,5 bilhão. Isso porque a tese beneficiaria um grupo restrito de aposentados. Apenas aqueles que estavam na regra de transição da Reforma da Previdência de 1999 e seriam prejudicados pela regra prevista.

Ao julgar o tema em dezembro de 2022, o STF deu uma opção aos aposentados, pelo cálculo mais benéfico. Hoje, uma nova composição da Corte derrubou essa possibilidade, em julgamento de outras duas ações (ADI 2110 e 2111) em que a revisão era uma questão lateral - um recurso sobre esse julgado de 2022 também estava na pauta, mas não chegou a ser chamado (RE 1276977).

No julgamento desta quinta-feira, os ministros validaram a criação do fator previdenciário e o condicionamento do pagamento de salário-família à apresentação de cartão vacinação e presença da criança na escola. Por maioria de votos (seis a cinco) foi derrubada a exigência de carência de dez meses para o pagamento de salário-maternidade para as contribuintes individuais. Votaram nesse sentido os ministros Edson Fachin, Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso.

O principal ponto de divergência foi justamente a regra de transição estabelecida no artigo 3º da Lei nº 9.876. Até a edição dessa lei, para calcular o valor da aposentadoria eram considerados os 36 maiores salários nos 48 meses antes da aposentadoria ou falecimento do beneficiário. A partir da lei passaram a ser considerados os 80% maiores salários de toda a vida do trabalhador.

A lei fixou uma regra de transição para quem tinha

começado a contribuir até sua data de publicação, mas não tinha se aposentado, que era usar para o cálculo os 80% maiores salários excluídos os salários anteriores a julho de 1994, quando foi implementado o Plano Real.

A divergência analisada hoje no STF estava no regime de transição. Os ministros discutiram se o beneficiário estaria sujeito à regra de transição ou poderia se beneficiar da regra definitiva que vale para quem entrou depois.

A obrigatoriedade do regime de transição foi o entendimento que prevaleceu, por sete votos a quatro. Votaram nesse sentido os ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e Nunes Marques.

A tese aprovada afirma que: "A declaração de constitucionalidade do artigo 3º da Lei 9876, de 1999, impõe que o dispositivo legal seja observado de forma co-gente pelos demais órgãos do Poder Judiciário e pela administração pública, em sua interpretação literal, que não permite exceção: o segurado do **INSS** que se enquadra no dispositivo, não pode optar pela regra definitiva, independente de lhe ser mais favorável".

"Por meio de duas ADIs, que foram desenterradas e nem tratam da revisão da vida toda, conseguiram anular [a revisão da vida toda]. Colocaram um fim ao direito do aposentado", afirmou João Badari, sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, que representa aposentados e participava da ação na representação de parte interessada (amicus curiae).

"O que aconteceu hoje foi um golpe processual. Usaram um processo de 25 anos atrás para matar uma tese nova que foi julgada em repercussão geral. Estamos curiosos para saber como vai funcionar processualmente", afirmou Diego Cherulli, diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP). "Isso é muito perigoso para a segurança jurídica, segundo o advogado, pois indica que a decisão depende da composição da Corte. "O prejuízo é imenso para os aposentados e pensionistas", disse.

Segundo Cherulli há alguns aposentados que já obtiveram o direito em processos judiciais em que não cabe mais recurso (trânsito em julgado) e para eles

nada deve mudar. Mas para quem tem processo em curso a tendência é ter o pedido negado.

"Por uma estratégia processual daqueles que queriam vencer a tese, colocaram as ações julgadas hoje primeiro e eles declararam o direito. Foi uma estratégia processual, usar um processo para derrubar outro", afirmou Cherulli. O advogado acredita que o recurso pendente na decisão de 2022 será declarado prejudicado e arquivado.

As ações julgadas hoje chegaram ao Pleno após destaque feito pelo ministro Cristiano Zanin no Plenário Virtual do STF, que conduziu o voto vencedor. O ministro Alexandre de Moraes foi um dos mais críticos à análise da revisão da vida toda nesse caso. "Se houver uma revisão estaremos revendo uma decisão dada por um Plenário por outro Plenário", afirmou, em referência à mudança de composição em relação ao julgamento de 2022.

O ministro Cristiano Zanin afirmou que o recurso sobre a revisão da vida toda não transitou em julgado, estando pendentes embargos de declaração, previstos para a pauta de ontem. "Já foi julgado o mérito, seria uma omissão ou contradição", destacou Moraes ao votar.

O advogado geral da União, ministro Jorge Messias, afirmou, por meio de nota, que a decisão garante a integridade das contas públicas e o equilíbrio financeiro da **Previdência Social**. "Trata-se de uma decisão paradigmática para o Estado Brasileiro", afirmou.

Ainda segundo o ministro, a decisão evita a instalação de um "cenário de caos judicial e administrativo" que o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) iria, inevitavelmente, enfrentar caso tivesse que implementar a chamada tese da revisão da vida toda, como observado na argumentação apresentada pela Advocacia-Geral da União (AGU) nos processos em trâmite no STF.

"A decisão do STF garante segurança jurídica e confirma entendimento fixado pelo próprio tribunal há mais de 20 anos", disse Messias.

A decisão foi amplamente celebrada dentro da equipe econômica do governo federal. "É uma vitória imensa para o país", disse uma fonte do Ministério da Fazenda. Os R\$ 480 bilhões na LDO deste ano significam que, embora a decisão do STF não represente um ganho de arrecadação, o governo federal não corre mais riscos de perder a quantia calculada pela equipe econômica. Desde que assumiu o cargo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já destacou diversas vezes, publicamente, a importância

dessa decisão tomada ontem.

"Trata-se de uma decisão paradigmática para o Estado Brasileiro" Jorge Messias

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187821>

# STF anula revisão da vida toda e evita rombo de R\$ 480 bilhões

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 7 a 4, anular a decisão sobre a chamada "revisão da vida toda" do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A anulação ocorreu por via indireta, porque os ministros não chegaram a avaliar a ação que trata sobre a revisão. A justificativa é uma questão processual.

A maioria entendeu que, com base no julgamento realizado ontem, que validou a lei que instituiu regra de transição para o cálculo do benefício, o segurado não pode optar pela regra que lhe for mais favorável. A decisão livra a União de um impacto estimado em R\$ 480 bilhões para as contas públicas.

Votaram nesse sentido os ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Luiz Fux, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Kássio Nunes Marques.

Um advogado ouvido pelo Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) e que acompanhou o julgamento avaliou a decisão como um "absurdo processual".

"Vão destituir uma decisão já tomada por golpe de processo", afirmou.

Embora o objeto do julgamento realizado ontem fosse o fator previdenciário, já era consenso que essa regra seria declarada constitucional, dada a jurisprudência do Supremo sobre o tema até agora. O foco da discussão girou em torno do impacto deste julgamento na decisão sobre a revisão da vida toda, quando o Supremo reconheceu o direito dos segurados de optar pela regra mais vantajosa para o cálculo do benefício.

Isso porque, dentro da mesma lei que instituiu o fator previdenciário, também está a regra de transição que estabeleceu que apenas as contribuições após julho de 1994 seriam contabilizadas no benefício.

No julgamento da revisão da vida toda, os ministros entenderam que essa regra de transição seria opcional, e que os segurados devem ter o direito de escolher a regra geral, se ela lhes for mais favorável.

No entendimento da maioria dos ministros, uma liminar proferida pelo Supremo há 24 anos já reconhecia a constitucionalidade da regra de transição.

Por isso, o julgamento da revisão da vida toda sequer

poderia ter permitido que os segurados optassem pela regra geral.

Majoria entendeu que o segurado não pode optar pela regra que lhe for mais favorável.

Saiba mais sobre o julgamento de ontem no Supremo

1 - Fator previdenciário A regra original da Lei de Benefícios da Previdência previa que o valor da aposentadoria seria obtido pela média aritmética das 36 últimas contribuições.

Com a criação do fator previdenciário, o cálculo passou a levar em conta a idade do trabalhador, o tempo de contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e a expectativa de vida do segurado na data do pedido.

2 - Transição Contudo, a lei também criou uma regra de transição prevendo que, para os segurados filiados antes da edição da norma, o cálculo abrangeria apenas 80% das maiores contribuições posteriores a julho de 1994, período do lançamento do Plano Real, que controlou a hiperinflação. Já a regra definitiva, para os que se filiaram após a lei, leva em consideração 80% dos salários de contribuição de todo o período contributivo.

3 - Obrigatoriedade A proposta de tornar obrigatória a aplicação da regra de transição foi apresentada pelo ministro Cristiano Zanin. Ele considerou que, como a Constituição Federal veda a aplicação de critérios diferenciados para a concessão de benefícios, não é possível que o segurado escolha uma forma de cálculo que lhe seja mais benéfica.

Esse entendimento foi seguido pelos ministros Flávio Dino, Luiz Fux, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso (presidente) e pelo ministro Nunes Marques (relator), que reajustou o voto para estabelecer a obrigatoriedade da aplicação da regra.

4 - Salário- -maternidade Em relação ao salário-maternidade, prevaleceu o voto do ministro Edson Fachin. Ele considerou que a exigência de cumprimento de carência para concessão do benefício apenas para algumas categorias de trabalhadoras viola o princípio da isonomia.

Aderiram a esta corrente os ministros Flávio Dino, Luiz Fux, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Luís Roberto Barroso.

**Site:** [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-50faea8ef4c62e6c3980d837e32f6063.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-50faea8ef4c62e6c3980d837e32f6063.pdf)

# STF derruba revisão da vida toda e poupa União de gastar R\$ 480 bi

Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) derrubaram a revisão da vida toda do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) pouco mais de um ano depois de aprovar a tese. A reviravolta é uma derrota a segurados.

A decisão pode representar um alívio nas contas do governo federal. Segundo o anexo de riscos fiscais do PI DO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, o impacto era estimado em R\$ 480 bilhões.

Por sete a quatro, a tese aprovada pela corte em 2022 foi derrubada.

A revisão permitia incluir salários antigos, pagos em outras moedas, no cálculo de benefícios e, assim, aumentar o valor de aposentadorias. O **INSS** afirmou que não se manifestaria. Em nota, o advogado-geral da União, Jorge Messias, disse que a decisão "garante a integridade das contas públicas e o equilíbrio financeira **Previdência Social**".

O julgamento desta quinta-feira (21) tratou de duas ações de 1999. Os processos discutiam regras da reforma da Previdência do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A discussão foi sobre escolher cálculos mais benéficos entre as duas trazidas pelo artigo 3Q da lei 9.876, de 1999, que implementou as mudanças nas aposentadorias há 25 anos.

Por maioria, o tribunal declarou que os segurados não têm o direito de opção, mesmo que a regra seja mais benéfica. A decisão é diretamente oposta à revisão da vida toda. A tese da correção considera que é direito dos segurados optar ou não por usar todas as suas contribuições previdenciárias para recalcular o benefício, e não apenas as feitas após julho de 1994, se houver aumento no valor mensal da aposentadoria.

Alexandre de Moraes foi o primeiro a votar. Ele disse ser a favor de manter a constitucionalidade do fator previdenciário e defendeu a vida toda. Em seus argumentos, a regra da reforma de 1999 prejudicou os segurados que já estavam contribuindo para o **INSS** e beneficiou quem ainda iria entrar no sistema, o que seria inconstitucional.

"Obviamente houve um erro na aplicação da regra de transição", disse, e leu a tese da revisão aprovada em

dezembro de 2022: "O segurado que implementou as condições para o benefício previdenciário após a vigência da lei de 9.876/99 e antes da vigência das novas regras constitucionais introduzidas pela EC 103/19 tem o direito de optar pela regra definitiva caso esta seja mais favorável".

Zanin discordou. Para ele, o fator é constitucional e, com isso, a revisão da vida toda não é possível. Luís Roberto Barroso, responsável por essa tese, votou com Zanin, assim como o recém-empossado Dino. "Nós não podemos aqui confirmar a constitucionalidade do artigo 3Q e dizer que essa regra seria uma opção. Ora justamente foram previstas três regras específicas, inclusive uma de transição, justamente para se preservar o equilíbrio do sistema previdenciário, é o que está na Constituição", diz Zanin.

"Todas as reformas da Previdência, infelizmente, não vêm para melhorar a vida do segurado, elas vêm para agravar a vida do segurado, porque os sistemas precisam ser minimamente sustentáveis", afirmou Barroso.

Os ministros Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux e Flávio Dino seguiram o voto de Zanin. Relator da ação, o ministro Nunes Marques ajustou o voto ao final e ficou com a maioria. Foram vencidos os ministros Alexandre de Moraes, André Mendonça, Edson Fachin e Cármen Lúcia.

O QUE É É um processo judicial no qual os aposentados do **INSS** pedem para incluir salários antigos - pagos em outras moedas que não o real - no cálculo da aposentadoria.

O motivo pelo qual se discute o direito à correção é a aprovação da lei 9.876, de 1999, que criou o fator previdenciário e mudou a regra de cálculo da média salarial, base dos benefícios do **INSS**.

A reforma da Previdência do governo Fernando Henrique Cardoso trouxe regra de transição que beneficiou novos segurados e prejudicou parte dos que já estavam no mercado de trabalho. Pela lei, quem se filiou à Previdência até 26 de novembro de 1999 tem a média salarial calculada com as 80% das maiores contribuições a partir de julho de 1994, quando o Plano Real passou a valer.



Mas quem passou a contribuir com o **INSS** a partir de 27 de novembro de 1999 e atingiu as condições de se aposentar até 12 de novembro de 2019 tem a média calculada sobre os 80% maio - res salários de toda sua vida laborai -por isso, vida toda.

**QUEMTERIADIREITO** Poderiam ter direito à revisão trabalhadores quese aposentaram nos últimos dez anos, desde quesejaentre1999e2019, etinham salários maiores, que não foram considerados no cálculo do benefício por serem mais antigos.

Há, no entanto, perfis de trabalhadores que ganhavam menos e, que, por só ter pagamentos anteriores a 1994, também podem ser beneficiados.

Para quem não entrou na Justiça.

a correção só pode ser solicitada em até dez anos, contados a partir do mês seguinte ao primeiro pagamento do benefício.

Outro ponto a se observar é que o benefício precisa ter sido concedido com base nas regras da lei 9.876, de novembro de 1999. (Folhapress)

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/22-marco-2024/1o-caderno>

# Leitora cobra revisão de benefício do INSS

Reclamação de Simone Fredericci Lasagno: "No mês de agosto de 2022, entrei com um pedido de revisão do meu benefício. No dia 3 de fevereiro de 2024, recebi a resposta do **INSS**, informando que foi deferido.

Imediatamente, o próprio **INSS** entrou com pedido para que o pagamento de todos os valores atrasados fosse realizado. No entanto, até o momento não tenho nenhum retorno sobre a data de pagamento nem nenhuma atualização no aplicativo Meu **INSS**.

Considerando o longo período transcorrido entre a primeira solicitação e a análise, peço maior celeridade da parte do órgão sobre o assunto."

Resposta do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**): "Informamos que o valor devido à senhora Simone Fredericci Lasagno foi liberado e está disponível para recebimento no banco desde 14 de março deste ano. A beneficiária pode verificar detalhes do pagamento pelos canais remotos do **INSS** (pela internet - site gov.br/meuinss, pelo aplicativo de celular 'Meu **INSS**' ou pelo telefone 135), e escolher o serviço 'Extrato de Pagamento de Benefício'.

Permanecemos à disposição para mais esclarecimentos."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Inss, a maior pirâmide financeira do país (Artigo)

**STEFANO TREMEA, Planejador financeiro e associado do IEE**

STEFANO TREMEA, Planejador financeiro e associado do IEE

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240322>

Nosso sistema de **previdência social** é insustentável. No regime de repartição simples, os trabalhadores ativos financiam os benefícios dos que já se aposentaram. O desafio reside nas mudanças demográficas. Segundo o IBGE, em 1980 o Brasil tinha nove pessoas em idade ativa para cada idoso, mas para 2060 a previsão é de que chegue a 1,6.

Isso ocorre porque estamos vivendo mais. Em 1940, um homem de 60 anos vivia em média mais 13 anos, enquanto em 2020 esse número subiu para 21. Em paralelo, a taxa de fecundidade vem caindo: em 1960, cada mulher tinha em média 6,3 filhos, índice que chegou a 1,5 em 2020, conforme o Insper.

E com base nesses pontos que o modelo atual se assemelha a uma pirâmide financeira, em que os benefícios de um grupo são pagos à custa de outro. A conta não fecha. A obrigação de contribuir para um sistema cada vez mais deficitário é mais uma forma de coerção estatal e abusiva. John Stuart Mill dizia: "A liberdade de cada indivíduo deve ser limitada apenas para evitar danos aos outros".

Na década de 1980, o Chile foi pioneiro na adoção do modelo de capitalização, em que cada pessoa poupa para sua própria aposentadoria em uma conta individual. A conta é administrada por empresas privadas e investida no mercado financeiro, permitindo ao trabalhador viver do que poupou e de seus rendimentos na aposentadoria, em vez de depender das contribuições daqueles que estão na ativa.

As críticas ao sistema de capitalização ocorrem porque uma parcela da população acaba recebendo uma renda baixa na aposentadoria por não ter poupado o suficiente. Contudo, isso se repete no modelo em vigor: quem contribui pouco para o **INSS** recebe pouco. E pior: quem contribui muito, também recebe pouco. Na capitalização, a responsabilidade sai do Estado e vai para o indivíduo, que deve dar mais atenção à educação financeira para ter uma aposentadoria melhor. O brasileiro está mal-acostumado, precisa assumir o seu papel com menos Estado dizendo o que fazer e, assim, garantindo mais liberdade para tomar as rédeas em definitivo do seu futuro.

# Justiça libera R\$ 2,1 bi para pagar atrasados

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou ontem um novo lote de Requisições de Pequeno Valor (RPVs). São indenizações de até 60 salários mínimos (RS 84.720) referentes a ações autuadas pelo Judiciário em fevereiro deste ano. O montante total vai beneficiar 208.773 pessoas que estão incluídas em 167.258 processos contra a União. E a maior parte deste grupo é composta por 130.408 aposentados e pensionistas que ganharam 99.709 ações contra o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Os recursos serão liberados para os Tribunais Regionais Federais (TRFs), aos quais caberá distribuí-los para os vencedores das ações. A soma total liberada neste mês atinge R\$ 2,51 bilhões. No caso específico das ações previdenciárias e assistenciais, o montante é de R\$ 2,11 bilhões.

As datas de liberação dos valores para saque são definidas por cada um dos TRFs.

"Com relação ao dia em que as contas serão efetivamente liberadas para saque, a informação deve ser buscada na consulta de RPVs disponível no Portal do Tribunal Regional Federal responsável", informou o CJF.

Os créditos são feitos em contas abertas pelos tribunais no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, em nome dos ganhadores das ações. Vale destacar também que os herdeiros de beneficiários que já morreram também fazem jus ao pagamento dos atrasados, desde que comprovem legalmente o vínculo.

## COMO CONSULTAR

### PESQUISA ON-LINE

Para saber se vai ser contemplado agora, o beneficiário do **INSS** deve acessar o site do TRF de seu estado. Cada tribunal atende aos seguintes estados: - TRF1 (DF, MG, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO e AP). -TRF2 (RJ e ES).

-TRF3(SPeMS).

- TRF4 (RS, PR e SO).

- TRF5 (PE, CE, AL SE, RN e PB). O site do TRF-2 pode ser acessado pelo link <https://abrir.link/7VaoP>.

## DOCUMENTAÇÃO

Para facilitar a pesquisa, o segurado do **INSS** deve ter em mãos o número do CPF, o número do registro da RPV, o número do processo de origem, o número da requisição e/ou o número da OAB do advogado. Nem sempre é preciso informar todos os campos. No caso do TRF2, basta informar o CPF do beneficiário e preencher somente uma das opções: "N9 de registro de precatório ou RPV", "N9 do processo de origem" ou "N2 da requisição (9 ou 11 dígitos)".

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# De olho no futuro: Justiça precisa reconhecer novas relações de trabalho (Artigo)

**TATIANA GUIMARÃES FERRAZ ANDRADE** Mestre e doutora em direito do trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, professora na Universidade Presbiteriana Mackenzie, professora convidada na Future Law, pesquisadora no GETRAB-USP

Revoluções econômicas e mudanças tecnológicas estão, cada vez mais, alterando padrões sociais e transformando as relações de trabalho em escala global. A economia, em sua fase pós-globalização, passou a ser compartilhada. O binômio "trabalho autônomo" versus "trabalho subordinado" não é mais suficiente para abarcar todas as relações de prestação de serviços. Embora em franca ascensão, o novo modelo de negócio da chamada Gig Economy, baseado em trabalho sob demanda, ainda causa estranheza aos legisladores e operadores do direito. Muitos ainda tratam as mudanças com resistência, atrelando a - mais do que necessária - garantia de direitos e de seguridade à existência de vínculo empregatício. Há um desafio posto: que essas novas relações de trabalho não fiquem submetidas a uma Justiça antiga, incapaz de se atualizar diante de novos fatos sociais.

O surgimento do trabalho intermediado por plataformas é o exemplo mais recente dessa quebra de paradigmas: provocou o rompimento dos parâmetros até então utilizados pela doutrina e pela jurisprudência para diferenciar o trabalho subordinado do autônomo. A tipificação desse novo modelo de trabalho é uma dificuldade mundial, mas países com legislações mais flexíveis se anteciparam em criar alternativas para atender a todos os trabalhadores, ampliando o escopo do direito do trabalho. Enquanto isso, na visão brasileira, se um trabalhador não puder ser declarado empregado, de acordo com o artigo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, será automaticamente classificado como autônomo.

O contexto trabalhista de 1943, ano em que foi promulgada a CLT, era completamente diverso do cenário que se apresenta 80 anos depois. É cômoda a tendência de se enquadrar essas novas relações na CLT, como se nada tivesse mudado no mundo do trabalho.

É urgente reconhecer novas tipologias contratuais e alargar o escopo da lei, deixando de lado velhos

dogmas que oferecem proteção legal apenas àqueles que sejam enquadrados em um padrão de subordinação tradicional.

É promissor o abandono do viés pejorativo hoje contido no termo "uberização" do trabalho, que afasta operadores do direito e legisladores da tarefa de pensar o novo, para que se tenha disposição para regular a nova realidade de forma eficiente e responsável.

Enquanto não houver definição sobre a natureza jurídica do trabalho intermediado pelas plataformas, com atenção às peculiaridades dessa nova forma de ocupação, o trabalhador seguirá privado de direitos como a **seguridade social**.

Estabelecer vínculo empregatício de forma arbitrária inviabiliza a operação de uma vasta e essencial rede diversificada de prestação de serviços, e de um setor responsável por uma parte relevante da economia brasileira.

É cada vez maior o número de cadastrados nos aplicativos, seja em busca de renda extra, seja como ocupação principal. Um levantamento feito pelo IBGE, divulgado no fim de 2023, mostra que 1,5 milhão de pessoas declararam gerar renda por meio de aplicativos em 2022.

Com tamanha importância, a Gig Economy apresenta ainda um segundo desafio: o direito à representação sindical, garantido pela Constituição Federal. Por se tratar de uma ruptura com as formas tradicionais de trabalho, a "nova economia" transforma a ideia de categoria. É preciso reconhecer esses novos perfis e garantir enquadramento formal às inovações que a Gig Economy traz. Junto ao surgimento de novos modelos de trabalho, surgem formas de atuação sindical, com significados diferentes das atuações mais tradicionais.

O direito do trabalho evolui ciclicamente.

Estamos diante de uma nova oportunidade de adaptação. A votação, pelo STF, da repercussão geral no caso de avaliação de vínculo entre motoristas e plataformas tende a pacificar o cenário jurídico ao reconhecer uma nova forma de trabalho. A partir disso, o Congresso deve exercer o protagonismo que lhe é próprio para definir as bases da relação entre as

partes para além do escrutínio sobre a sua natureza jurídica. É anacrônico ignorar as mudanças no mundo do trabalho, as consequências jurídicas e econômicas de tal ação.

Há que se regular as novas relações, de modo a conceder proteção mínima para todas as formas de trabalho. Disso dependem os direitos individuais, os direitos coletivos desses trabalhadores e a continuidade do desenvolvimento econômico do país.

TATIANA GUIMARÃES FERRAZ ANDRADE Mestre e doutora em direito do trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, professora na Universidade Presbiteriana Mackenzie, professora convidada na Future Law, pesquisadora no GETRAB-USP

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6

Publicado em 22/03/2024 - 06:48  
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta sexta-feira (22) a parcela de março do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 6.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 679,23. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,89 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,15 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

## Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 270 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas

pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 100 mil de famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 3,21 milhões de famílias foram incluídas no programa desde março do ano passado. Segundo a pasta, isso se deve à estratégia de busca ativa.

## Regra de proteção

Cerca de 602 mil famílias estão na regra de proteção em março. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,49.

## Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em abril.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

## Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-03/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-6>

# INSS inicia pagamento de março para aposentados e pensionistas

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2024/03/22/TVRECORDDF-07.30.06-07.31.18-1711104050.mp4>**



# Fazenda prevê PIB de 2,2% e inflação de 3,5% em 2024

**FERNANDA TRISOTTO GIORDANNA NEVES BRÁSILIA**

O Ministério da Fazenda manteve a projeção de alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano e reduziu suas previsões para a **inflação**, de acordo com relatório divulgado ontem pela Secretaria de Política Econômica (SPE).

Conforme o ministério, a estimativa para a expansão da atividade em 2024 continua em 2,2%. Para 2025, a previsão também se manteve em 2,8%.

O último boletim havia sido divulgado em novembro do ano passado.

O documento destaca que, para o **PIB** do setor agropecuário, a previsão é de queda de 1,3% em 2024, ante expectativa de alta de 0,5% no boletim de novembro. Essa piora no desempenho está relacionada, principalmente, aos preços de produtos das lavouras e da pecuária, que mostraram deflação ao longo do ano passado. As condições climáticas, afetadas pelo El Niño, também prejudicaram a produção, segundo o relatório.

Já para o **PIB** da indústria, a previsão é de avanço de 2,5% em 2024, ante 2,4% no boletim anterior. O documento dá destaque às perspectivas de aceleração da indústria de transformação, em decorrência da redução dos juros, de medidas de estímulo ao crédito e pela política de depreciação acelerada para compra de novas máquinas e equipamentos. Indústrias de construção e extrativa também devem continuar com bons resultados, aponta o relatório.

**SERVIÇOS.** O crescimento do setor de serviços foi revisado de 2,2% para 2,4%. "Com a redução da inadimplência, em paralelo à queda nos juros, já se percebe avanço nas concessões de crédito a pessoas físicas no início de 2024, cenário que deverá impulsionar as taxas de crescimento de atividades como o comércio", diz o boletim.

As projeções da SPE sobre a variação do **PIB** nos próximos anos foram mantidas.

Em 2026, em 2,5%. Para 2027, a projeção de crescimento continua em 2,6%.

A aprovação da **reforma tributária**, a elevação de investimentos por meio de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa, Minha Vida, o aumento das Parcerias Público-Privadas (PPPs), os estímulos à inovação e exportações por parte de bancos públicos, além de reformas para tentar melhorar o ambiente de crédito do País, são apontadas como vetores que devem estimular o crescimento no longo prazo.

No último relatório Focus, divulgado na terça-feira, analistas de mercado projetaram alta de 1,8% para o **PIB** de 2024.

**INFLAÇÃO.** O Ministério da Fazenda revisou para baixo a projeção para a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2024.

A estimativa neste ano caiu de 3,55% para 3,5% - dentro do intervalo de tolerância da meta estipulada para 2024, que é de 3%, com variação de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Já para 2025, a projeção para o IPCA é de 3,1%.

Safra ruim

1,3% é a queda prevista para o **PIB** do agronegócio neste ano pelo governo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Haddad diz que regulamentação é prioridade de 2024

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diz que é prioridade para o governo Lula a aprovação da regulamentação da reforma tributária ainda em 2024.

"A reforma tributária é fruto de um trabalho intelectual árduo desenvolvido por Bernard Appy [secretário da Fazenda] e Nelson Machado [ex-ministro do Planejamento] desde 2016. É prioridade aprovar sua regulamentação esse ano", afirma.

Como mostrou o Painel, integrantes do governo têm dito nos últimos dias que a regulamentação da reforma poderia ficar para 2025, com os argumentos de que a agenda legislativa está lotada neste primeiro semestre e que, no segundo, a eleição municipal esvaziaria o Congresso.

Além disso, a maior parte dos pontos da reforma só entra em vigorem 2026.

Haddad, no entanto, rechaça essa possibilidade, e diz que aprovar a regulamentação nesse ano seria importante para a reputação econômica do país internacionalmente.

Serão provavelmente dois projetos. No momento, eles estão sendo discutidos em grupos técnicos na pasta da Fazenda, antes de serem enviados para a Casa Civil.

A ideia é que cheguem ao Congresso na primeira quinzena de abril, com tempo hábil para aprovação neste ano. "O fato de nós estarmos fazendo [a elaboração dos projetos em consórcio com estados e municípios, num trabalho que envolve mais de 200 profissionais reunidos em comissões técnicas, visa facilitar o trabalho do Congresso Nacional, justamente com a finalidade de que possa aprovar esse ano", afirma o ministro.

O eventual atraso no envio dos projetos foi objeto de crítica pública do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e de outros parlamentares. Haddad diz que conta com o Legislativo para a tramitação das matérias neste ano. "Tenho certeza que o Congresso não nos faltará", diz o ministro. (Folhapress)

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/22-marco-2024/10-caderno>

# A alta do bitcoin e os bancos centrais - CELSO MING

**CELSO MING COM PABLO SANTANA**

Celso Ming - COMENTARISTA DE ECONOMIA

Nesta quarta-feira, o presidente do Fed (o banco central dos Estados Unidos), Jerome Powell, avisou que a maior economia do mundo está longe de ter uma moeda digital própria, CBDC, na sigla em inglês.

A decisão vai na contramão de decisões do Grupo dos 20 e de outras autoridades monetárias que insistem em que sejam desenvolvidos projetos de moeda soberana digital.

Enquanto isso, o bitcoin, principal criptomoeda do mercado, acaba de passar por novo rali de valorização que chegou a atingir os US\$ 73 mil - algo em torno de R\$ 364 mil por unidade, alta de 132% em um ano, o que revela enorme pressão de demanda.

Entre os fatores que levaram esse criptoativo a bater recordes de preço está a aprovação, no início deste ano, de negociação nas bolsas de valores de fundos (ETFs) aplicados em bitcoin no mercado à vista. Outra força para essa crescente, como aponta Denise Cinelli, gerente da corretora CryptoMKT, tem a ver com a expectativa de cortes nos juros nos Estados Unidos, que empurra os investidores para a criptomoeda, de modo a manter elevados os seus retornos.

E tem o evento conhecido como halving, que vai reduzir pela metade a recompensa dos chamados mineradores do bitcoin.

A escalada dos criptoativos reacendeu os debates sobre as vastas aplicações possibilitadas pelo processo de tokenização, que é a conversão de ativos físicos ou de instrumentos financeiros em ativos digitais na forma de tokens por meio da tecnologia blockchain.

Uma vez ultrapassada a barreira do desconhecido, os investidores parecem mais seguros para usar o bitcoin como ativo de proteção contra a **inflação** ou contra o olho gordo do Fisco. E é nessa seara que as CBDCs pretendem atuar.

O presidente do Fed não disse por que não quer o dólar digital.

Talvez tema que seja ainda mais usado para lavagem de dinheiro ou, então, que uma moeda digital complique a política monetária. Apesar dessa postura do Fed, cerca de 134 países (98% do **PIB** global) estão estudando projetos desse tipo, segundo mapeamento do The Atlantic Council CBDC Tracker.

Desses, 36 têm projeto-piloto em fase avançada, como é o caso do Brasil, que prepara o lançamento do drex, o real digital.

Mas ninguém deve esperar por rapidez nessa área. Apenas três países lançaram oficialmente as suas CBDCs. Por quê? Para Alex Nery, professor da FIA Business School, a complexidade trava esse desenvolvimento.

"As motivações das CBDCs e das criptomoedas são diferentes, apesar de utilizarem tecnologias parecidas. Há questões de arcabouço legal, testes e estruturação que as CBDCs exigem, de modo a evitar riscos sistêmicos."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Banco Centrais sinalizam cortes de juros no mundo (Artigo)

*Por Paulo Gala\* \* Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.*

Em sua última decisão de política monetária, o BC dos EUA manteve os juros básicos em 5,5% e confirmou seu plano, já mencionado no último encontro do Comitê de Política Monetária de dezembro, de fazer três cortes de 0,25% até o final deste ano. O mercado estava apreensivo quanto a uma possível redução nos cortes, o que acabou por não acontecer, trazendo alívio.

No entanto, mais do que isso, durante a coletiva de imprensa, o presidente do Fed, Jerome Powell, deu mais indicações de cortes de juros no futuro e destacou o progresso em relação à **inflação**. A cereja do bolo foi a velocidade de redução do balanço do Fed. Powell anunciou que o ritmo de contração do balanço será reduzido, o que significa mais liquidez no mercado. Isso, por sua vez, alivia as condições monetárias.

Além disso, houve uma sinalização, ainda que não explícita, de que os cortes poderão começar em junho. Essa notícia foi muito bem recebida pelo mercado, que interpretou como uma injeção de liquidez do Fed, contribuindo para o processo de corte de juros. O mercado reagiu com um rali de alívio, pois havia o receio de que houvesse menos cortes. Esse movimento se traduziu em desvalorização do dólar, Bolsas alcançando máximas históricas, e moedas de países emergentes se valorizando.

A Suíça reduziu em 0,25% sua taxa básica, marcando o início de uma era de cortes de juros nos países desenvolvidos. Esse tema tem sido amplamente discutido desde o início do ano, e agora, com a Suíça tomando a iniciativa, outros Bancos Centrais, como o BCE e, possivelmente, o Banco da Inglaterra, estão no radar para fazer o mesmo. Esses cortes de juros são benéficos para os países emergentes.

No Brasil, o Copom cortou a Taxa Selic para 10,75% e

anunciou mais um corte, que deve ocorrer na próxima reunião em maio, trazendo a Selic para 10,25%. No entanto, houve uma mudança importante nas comunicações do Copom. O que era esperado, a retirada do plural nas próximas reuniões com cortes de juros, aconteceu, indicando que há a previsão de mais um corte de 0,5% na próxima reunião por ora.

O cenário futuro permanece incerto, com o Copom deixando aberta a possibilidade de novos cortes ou a manutenção da taxa no futuro. Essa mudança na comunicação do Copom era esperada na medida em que nos aproximamos do piso simbólico dos 10%.

O BC pediu, na verdade, uma certa flexibilidade para a condução da política monetária, indicando que precisa analisar com mais cautela os próximos passos. A incerteza quanto à magnitude total do ajuste persiste, e o tamanho do ciclo de cortes ainda não está definido. A visão atual é que os juros possam chegar a 9%, mas muitas variáveis podem alterar essa perspectiva até o segundo semestre.

## IDEIAS-CHAVE

1 O Banco Central dos Estados Unidos manteve os juros básicos em 5,5% e confirmou o plano de fazer três cortes de 0,25% até o final do ano. Durante a coletiva de imprensa, O presidente do Fed, Jerome Powell, deu indicações de cortes de juros no futuro e destacou o progresso em relação à **inflação** 2 A reação do mercado foi positiva, com um rali de alívio, incluindo desvalorização do dólar, Bolsas alcançando máximas históricas e valorização de moedas de países emergentes

3 A Suíça reduziu sua taxa básica em 0,25%, marcando o início de uma era de cortes de juros nos países desenvolvidos

4 No Brasil, o Copom cortou a Taxa Selic para 10,75% e anunciou mais um corte, que deve levar a taxa para 10,25% na próxima reunião em maio. Houve uma mudança na comunicação do Copom, indicando por ora a previsão de mais um corte com anúncio antecipado

5 O BC brasileiro sinalizou a necessidade de mais flexibilidade na condução da política monetária, devido à incerteza sobre o tamanho total do ajuste. A visão

atual é que os juros possam chegar a 9%, mas muitas variáveis podem alterar essa perspectiva até o segundo semestre

Por Paulo Gala, Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Na presidência do G20, Brasil pode liderar debate sobre IA, diz Microsoft

**JULIANA CAUSIN**

A Microsoft afirmou, em documento divulgado ontem, que o Brasil, na presidência do G20, tem a oportunidade de liderar as discussões globais sobre inteligência artificial (IA). Para a gigante do software, o país "está em posição privilegiada" para abordar o tema em fóruns internacionais e "fortalecer seus pontos de vista".

No evento Microsoft AI Tour, em São Paulo, Tania Cosentino, presidente da Microsoft Brasil, disse que o Brasil não pode deixar "a onda da IA passar", ou ficará em "desvantagem competitiva".

-Acreditamos que o Brasil, ao adotar de forma massiva a inteligência artificial, pode ter ganhos de produtividade que acrescentarão alguns pontos percentuais ao nosso **PIB** no futuro próximo -afirmou a executiva.

O vice-presidente de assuntos jurídicos e corporativos da Microsoft Brasil, Elias Abdala, ressaltou que o G20 traz a oportunidade de o Brasil alinhar os debates internos, no Congresso, com as discussões internacionais. A regulação da IA, disse, será mais efetiva se houver um alinhamento internacional: - Estamos falando de uma tecnologia que vai além de qualquer fronteira.

Os planos da Microsoft incluem a abertura de dois novos data centers em São Paulo, além do investimento em startups brasileiras.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# "Brasil deve aproveitar G20 para tomar a frente na adoção da IA"

**Daniela Braun De São Paulo**

O Brasil deve aproveitar sua presidência, até novembro deste ano, no G20 - grupo que reúne as 19 maiores economias do mundo, a União Europeia e a União Africana - para tomar a frente na adoção da inteligência artificial (IA) no país, disse Tania Cosentino, presidente da Microsoft Brasil, que está construindo centros de dados "na velocidade da luz" no Estado de São Paulo.

"A IA não é futuro, é presente e não podemos deixar a onda passar porque isso pode colocar o Brasil em desvantagem competitiva em relação a outros países", disse Cosentino a jornalistas na tarde desta quinta-feira (21), em São Paulo. "Adotando de forma massiva a IA, o Brasil pode ter ganhos de produtividade que acrescentarão alguns pontos percentuais no nosso **PIB**, em um futuro próximo", acrescentou a executiva.

No início do mês, o governo colocou a IA no topo da agenda nacional e internacional do país, com um discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, realizada no dia 7 de março. O assunto vem sendo tratado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação por meio da realização de consultas a segmentos da sociedade.

"Podemos aumentar a participação do setor de commodities no **PIB**, recuperar o desempenho da indústria brasileira, ganhar competitividade e escala global, mas por que não formar pessoas voltadas a isso?", disse Cosentino.

Cosentino informou que a Microsoft está ampliando sua estrutura de centros de dados (data centers) no Brasil: "Estamos construindo data centers na velocidade da luz". No momento, segundo ela, a estrutura a ser ampliada faz parte da região de estrutura de computação em nuvem de São Paulo.

A Microsoft, a empresa de maior valor de mercado do mundo - US\$ 3,2 trilhões, à frente da Apple, com US\$ 2,6 trilhões - tem a IA generativa como foco de investimentos. Além dos US\$ 13 bilhões que investiu na OpenAI, a Microsoft anunciou, em fevereiro, uma injeção de 15 bilhões na rival da OpenAI, a francesa Mistral AI.

A Microsoft também está investindo em contratações de peso. Nesta semana, seu executivo-chefe (CEO) Satya Nadella anunciou a contratação de Mustafa Suleyman, um dos fundadores da startup DeepMind, vendida ao Google. Suleyman, também cofundador da startup Inflection AI, vai liderar a área de pesquisa e produtos de inteligência artificial, na nova unidade chamada Microsoft AI, como responsável pelo desenvolvimento da plataforma Copilot e outros produtos relacionados à tecnologia.

A empresa também contratou Karén Simonyan, outro cofundador da Inflection AI, como cientista-chefe da unidade de inteligência artificial. A Microsoft é uma das investidoras da Inflection AI, startup da Califórnia (EUA), avaliada em US\$ 4 bilhões. Outros investidores são a fabricante de chips Nvidia, o cofundador do LinkedIn Reid Hoffman, o cofundador da Microsoft Bill Gates e o ex-executivo-chefe do Google Eric Schmidt.

No Brasil, disse Cosentino, "precisamos aprender como adotar melhor a tecnologia, de forma responsável, para acelerar processos de ganho de produtividade, redução de CO2 e de doenças". Elias Abdala, vice-presidente de assuntos jurídicos e corporativos da Microsoft Brasil, informou que a empresa tem participado de conversas sobre a regulação da IA no Congresso. "Estamos em um momento de ver vários modelos sendo discutidos ao redor do mundo. Todos querem aprender qual o melhor modelo [de regulação da IA]", disse, acrescentando que é preciso desenvolver uma "IA responsável em diversos aspectos".

Apesar da atenção mais recente ao tema, diante da popularidade do ChatGPT, Abdala diz que a abordagem ética da IA tem sido tratada pela empresa desde 2017, com a criação do Aether, um comitê que analisa casos mais sensíveis de aplicações da tecnologia. Além disso, há o "Escritório de IA Responsável", que trabalha com as demais áreas da empresa para garantir a governança. "Um dos trabalhos é a simulação de problemas com a ferramenta", disse Abdala - equipes, por exemplo, simulam ataques cibernéticos para identificar falhas.

"Estamos construindo data centers na velocidade da luz" Tânia Cosentino

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador#/edition/187821?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador#/edition/187821?page=1&section=1)**



# Banco Centrais sinalizam cortes de juros no mundo

Por Paulo Gala\*

## CONTEÚDO PATROCINADO POR BANCO MASTER

Em sua última decisão de política monetária, o BC dos EUA manteve os juros básicos em 5,5% e confirmou seu plano, já mencionado no último encontro do Comitê de Política Monetária de dezembro, de fazer três cortes de 0,25% até o final deste ano. O mercado estava apreensivo quanto a uma possível redução nos cortes, o que acabou por não acontecer, trazendo alívio.

No entanto, mais do que isso, durante a coletiva de imprensa, o presidente do Fed, Jerome Powell, deu mais indicações de cortes de juros no futuro e destacou o progresso em relação à **inflação**. A cereja do bolo foi a velocidade de redução do balanço do Fed. Powell anunciou que o ritmo de contração do balanço será reduzido, o que significa mais liquidez no mercado. Isso, por sua vez, alivia as condições monetárias.

Além disso, houve uma sinalização, ainda que não explícita, de que os cortes poderão começar em junho. Essa notícia foi muito bem recebida pelo mercado, que interpretou como uma injeção de liquidez do Fed, contribuindo para o processo de corte de juros. O mercado reagiu com um rali de alívio, pois havia o receio de que houvesse menos cortes. Esse movimento se traduziu em desvalorização do dólar, Bolsas alcançando máximas históricas, e moedas de países emergentes se valorizando.

A Suíça reduziu em 0,25% sua taxa básica, marcando o início de uma era de cortes de juros nos países desenvolvidos. Esse tema tem sido amplamente discutido desde o início do ano, e agora, com a Suíça tomando a iniciativa, outros Bancos Centrais, como o BCE e, possivelmente, o Banco da Inglaterra, estão no radar para fazer o mesmo. Esses cortes de juros são benéficos para os países emergentes.

No Brasil, o Copom cortou a Taxa Selic para 10,75% e anunciou mais um corte, que deve ocorrer na próxima reunião em maio, trazendo a Selic para 10,25%. No entanto, houve uma mudança importante nas comunicações do Copom. O que era esperado, a retirada do plural nas próximas reuniões com cortes de juros, aconteceu, indicando que há a previsão de mais

um corte de 0,5% na próxima reunião por ora.

O cenário futuro permanece incerto, com o Copom deixando aberta a possibilidade de novos cortes ou a manutenção da taxa no futuro. Essa mudança na comunicação do Copom era esperada na medida em que nos aproximamos do piso simbólico dos 10%.

O BC pediu, na verdade, uma certa flexibilidade para a condução da política monetária, indicando que precisa analisar com mais cautela os próximos passos. A incerteza quanto à magnitude total do ajuste persiste, e o tamanho do ciclo de cortes ainda não está definido. A visão atual é que os juros possam chegar a 9%, mas muitas variáveis podem alterar essa perspectiva até o segundo semestre.

Por Paulo Gala\* Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

\*

## IDEIAS-CHAVE:

1 - O Banco Central dos Estados Unidos manteve os juros básicos em 5,5% e confirmou o plano de fazer três cortes de 0,25% até o final do ano. Durante a coletiva de imprensa, o presidente do Fed, Jerome Powell, deu indicações de cortes de juros no futuro e destacou o progresso em relação à **inflação**

2 - A reação do mercado foi positiva, com um rali de alívio, incluindo desvalorização do dólar, Bolsas alcançando máximas históricas e valorização de moedas de países emergentes

3 - A Suíça reduziu sua taxa básica em 0,25%, marcando o início de uma era de cortes de juros nos países desenvolvidos

4 - No Brasil, o Copom cortou a Taxa Selic para

10,75% e anunciou mais um corte, que deve levar a taxa para 10,25% na próxima reunião em maio. Houve uma mudança na comunicação do Copom, indicando por ora a previsão de mais um corte com anúncio antecipado

5 - O BC brasileiro sinalizou a necessidade de mais flexibilidade na condução da política monetária, devido à incerteza sobre o tamanho total do ajuste. A visão atual é que os juros possam chegar a 9%, mas muitas variáveis podem alterar essa perspectiva até o segundo semestre

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187821?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187821?page=1&section=1)**

## Queda da Selic (Cartas de Leitores)

A boa notícia é que pela sexta vez seguida, em ritmo sensato e muita competência, que infelizmente Lula despreza, o Banco Central, na reunião do Copom, decide reduzir 0,5 ponto percentual, ou seja, dos 11,25% para 10,75% a taxa básica Selic, que em agosto de 2022, estava em 13,75%. Os membros que compõem o Copom, preocupados com ajuste fiscal e inflação, sinalizam que podem reduzir mais 0,5 ponto na próxima reunião de maio, e posterior a essa data talvez com quedas de apenas 0,25 ponto percentual. Provavelmente terminaremos o ano com a Selic abaixo de 10%. É bom lembrar que a queda da taxa Selic de 13,75% (agosto de 2022) para hoje, 10,75%, vai proporcionar uma economia de quase R\$ 120 bilhões de juros sobre o serviço da dívida pública.

Paulo Panossian paulopanossian@hotmail.com

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187821?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187821?page=1&section=1)**

# Juro final salta a quase 10% após Copom

**Victor Rezende, Arthur Cagliari e Augusto Decker De São Paulo**

O ajuste dos ativos brasileiros à decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) foi relevante na sessão de ontem. A iniciativa do colegiado de indicar o que espera fazer apenas uma reunião à frente levou o mercado a avaliar a postura da autoridade monetária como mais cautelosa, o que casou com a expectativa de que a Selic pode cair menos que o esperado anteriormente. Os juros futuros subiram e o Ibovespa fechou em queda. Já o real, que até ensaiou uma valorização, não sustentou o movimento, ao ser afetado pela força do dólar no exterior.

O movimento de alta nos juros de curto prazo foi relevante. A taxa do DI para janeiro de 2025 passou de 9,905% na quarta-feira para 9,94% no fechamento de ontem e, assim, a curva de juros passou a precificar a Selic entre 9,75% e 10% no fim do ciclo de flexibilização. Imediatamente antes da decisão, a curva apontava para um juro básico em torno de 9,5%.

O nível dos juros precificado pela curva contrasta de forma contundente com o consenso dos economistas de mercado, que aponta para uma Selic de 9% neste ano. Vale notar que, apesar dos movimentos na curva de juros e do tom mais cauteloso do Copom na decisão, mesmo as casas que trabalham com cenários mais "dovish" (suave) para os juros à frente não alteraram suas expectativas. O UBS BB manteve a projeção de 8% para os juros, enquanto o Santander deixou inalterada a estimativa de uma taxa de 8,5% neste ano.

"Nós imaginávamos que o Copom manteria o plural no "guidance" e comunicaria que pretendia tirar na próxima reunião. Ele já fez isso agora, mas, para evitar volatilidade, disse que não há mudanças substanciais no cenário. Do meu ponto de vista, o "guidance" ainda tinha uma utilidade, mas acho que o Copom conseguiu fazer uma comunicação eficiente, mas indicou que está chegando perto do fim do ciclo", diz o economista-chefe da Citrino Gestão de Recursos, Raí Chicoli.

"O mercado se animou um pouco demais ontem [na quarta-feira] com o Fed e, agora, teve de corrigir um pouco e "devolveu" quase tudo depois do Copom mais duro. Nosso cenário, de Selic em 8,5%, fica, agora, com um viés mais altista", diz Chicoli, ao citar tanto incertezas externas, como a atividade nos Estados

Unidos e a política do Fed, quanto internas, ao notar que há riscos em torno da dinâmica da **inflação** de serviços. "Se a atividade acelerar, a parte de serviços da **inflação** pode ganhar tração e é um ponto que o Copom vai olhar", afirma.

À medida que se cristalizou a sensação, nos preços dos ativos, de que o Copom pode encerrar o ciclo mais cedo, a bolsa foi bastante atingida. O Ibovespa encerrou a quinta-feira com 128.159 pontos, em queda de 0,75%, próximo das mínimas da sessão. Os juros de longo prazo, cuja correlação com a bolsa é bastante alta, também subiram: a taxa do DI para janeiro de 2033 passou de 10,83% para 10,95%.

"Com as taxas nesse patamar, ainda é difícil fazer as pessoas largarem a renda fixa. Os investidores não querem tomar risco. Mas, se os juros caírem, vão ser obrigados a procurar outros ativos", diz Fernando Bresciani, analista do Andbank. "Enquanto isso, a bolsa tem dificuldades porque o investidor externo vê os juros dos Treasuries subindo e prefere não se arriscar em mercados emergentes." Não por acaso, ações de empresas ligadas à economia doméstica foram penalizadas ao longo da sessão. Os papéis ordinários da CVC caíram 5,04%; os da Casas Bahia perderam 3,10%; e os do Magazine Luiza recuaram 2,93%.

Ainda entre as ações de maior destaque do Ibovespa, os papéis preferenciais da Petrobras caíram 2,72% e os ordinários anotaram baixa de 2,04%, na medida em que os agentes ainda veem a estatal com desconfiança após o anúncio de que não pagaria dividendos extraordinários. "Ainda vai haver a eleição para o conselho de administração, e a questão do dividendo ainda pesa", afirma Bresciani.

O fraco desempenho da bolsa e a alta dos juros de longo prazo casa ainda com relatos de fluxo de saída de capital. "No câmbio, depois de alguns dias com entradas, vimos pequenas saídas hoje", afirma um profissional de tesouraria de um grande banco local. Ele nota que, em ocasiões anteriores, quando o dólar bateu o nível de R\$ 5, investidores estrangeiros não entraram de forma maciça com apetite pelos ativos domésticos.

"Vimos alguns nesta semana, mas não houve fluxos relevantes hoje [ontem]. Por outro lado, está ocorrendo um enorme "stop-loss" nos títulos prefixados e nos atrelados à **inflação** após a decisão do Copom", observa. Nos juros reais, medidos pelas NTN-Bs, o

movimento de alta foi expressivo ontem. A taxa da NTN-B com vencimento em agosto de 2026 passou de 5,72% para 5,78%, enquanto a da NTN-B para agosto de 2030 escalou de 5,68% para 5,76%.

Assim, nem mesmo o viés mais otimista com o real que poderia se formar após o Copom teve espaço. O exterior, em um dia de dólar forte global mente, também teve um peso e impediu uma apreciação do câmbio doméstico, que foi penalizado, ainda, por fluxos de saída da renda fixa doméstica. O dólar, inclusive, encerrou a sessão de ontem em alta de 0,09%, cotado a R\$ 4,9792.

"O que vimos foi uma surpresa vindo de mercados de moedas fortes e que têm reserva de valor", explica o economista-chefe do PicPay, Marco Antonio Caruso. "Isso afeta mercados emergentes porque, quando o investidor é surpreendido por esses dois bancos centrais, de mercados desenvolvidos, há um chacoalhão nos "books" dos grandes fundos e os agentes correm em busca de dólar", diz.

Nesse sentido, apesar do viés mais suave do Fed, o corte nos juros na Suíça e uma leitura de que o Banco da Inglaterra (BoE) também foi "dovish" enfraqueceram as moedas do G10 contra o dólar. Esse contexto levou o índice DXY a terminar o dia acima dos 104 pontos.

Caruso aponta que, comparado a outros pares emergentes, o real perdeu pouco na sessão de ontem. Peso mexicano, peso chileno e rand sul-africano foram moedas "pares" do real que anotaram uma performance bem mais fraca. "Isso quer dizer que o Copom fez preço, mas acabou ofuscado pelo exterior", avalia o economista.

Na leitura de Caruso, o dólar em nível historicamente alto se deve à "excepcionalidade" sustentada pela economia dos EUA, que segue bastante resiliente aos juros altos no país. "No nosso modelo, o dólar no Brasil deveria estar, neste primeiro trimestre, em um nível mais baixo, algo em torno de R\$ 0,10." O economista diz acreditar, ainda, que a narrativa sobre inteligência artificial pode ajudar a explicar o dólar mais forte neste primeiro trimestre, com fluxo maior de capital para a bolsa americana. "Uma das grandes histórias do ano é a da Nvidia, então está lá [nos EUA], Desse modo, o S P 500 acaba sendo um grande atrator de capital."

9,94% foi o nível do juro de curto prazo no fechamento ontem

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187821>

# Nada muda na sinalização para a Selic no fim do ciclo

**Análise Alex Ribeiro De São Paulo**

A decisão de restringir a apenas uma reunião a sinalização futura de queda de 0,5 ponto na taxa Selic, e não mais duas, foi discutida em público em detalhes por membros do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC). Isso permite afirmar, com um bom grau de certeza, que nada muda nas indicações para a Selic no fim do ciclo de distensão.

Eis o que disse o diretor de política econômica do BC, Gabriel Galípolo: "Mudanças no "guidance" não necessariamente têm uma correlação com a taxa de juros terminal". O diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, foi na mesma linha: "Você pode caminhar o mesmo caminho [nos juros] com ou sem "forward guidance".

O **comunicado** divulgado pelo Copom é totalmente coerente com o que disseram os diretores do BC. As projeções de **inflação** para 2024 (3,5%) e 2025 (3,2%) não mudaram, e elas são um dos principais sinalizadores sobre a trajetória futura dos juros. O cenário-base não mudou, o que reforça que o caminho para os juros é o mesmo.

Uma parcela dos analistas econômicos ficou preocupada porque o **comunicado** menciona um aumento de incerteza doméstica e internacional. Mais uma vez, é algo que já havia sido sinalizado por membros do Copom e não tem nada a ver com a Selic que o colegiado considera mais provável no fim do ciclo.

"Você pode ter um mesmo cenário básico e não ter um "forward guidance" porque a incerteza aumentou e você não pode prometer [o que fará com o juro]", disse Guillen, há duas semanas.

A maior incerteza tem implicações. Não na trajetória de queda de juros implícito nas projeções e no cenário básico do Copom. O que houve é que aumentou o risco de a trajetória de queda de juros sair do roteiro. Ainda assim, esse risco segue minoritário, senão teria virado cenário básico.

É natural que, diante da confirmação feita pelo Copom no **comunicado** de que a incerteza aumentou, os mercados de juros se ajustem para precificar esse risco. Os preços do mercado refletem a média

ponderada de todos os cenários possíveis.

Mas não se deveria se esperar muito solavancos. O mercado já vinha se adequando a esse aumento de incerteza à medida que foram divulgadas novas informações sobre o cenário e econômico - e diante dos avisos de membros do Copom de que viam um aumento de incerteza.

A trajetória para a taxa Selic embutida no boletim Focus não teria motivos para mudar muito, a não ser pelo fato de que as previsões dos analistas para o juro no final do ciclo eram incompatíveis com as projeções de **inflação** do Banco Central.

O Focus apontava uma taxa final de juros de 9%, e a projeção de **inflação** do Copom de ontem mostrou mais uma vez que, se o juro cair tanto, a **inflação** prevista para 2025 (3,2%) fica acima da meta (3%)

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187821>

# Os riscos para a economia mundial

*Por Vivian Oswald, para o Valor, de Brasília*

Talvez não haja entrevista em que o economista Jim O'Neill, criador do acrônimo Bric, não seja obrigado a prestar contas sobre seus prognósticos para os países que apontara em 2001 como as quatro economias mais promissoras do mundo (Brasil, Rússia, Índia e China). Ele não reclama, mas admite que é cansativo, porque o conceito não mudou. As interpretações dele, sim.

Para O'Neill, conselheiro sênior da Chatham House, um dos think tanks mais prestigiosos da Europa, o formato ampliado do Bries tem valor apenas simbólico. O G20, por outro lado, lhe parece instância essencial. Mas, até que haja algum tipo de aproximação entre seus principais participantes, é difícil encontrar soluções rápidas para as questões globais.

O ex-secretário comercial do Tesouro do Reino Unido culpa questões domésticas nos Estados Unidos, Reino Unido, China e Rússia para a perda de foco e atual fragmentação do grupo. Diz ainda que uma vitória de Donald Trump pode trazer retrocessos econômicos e ambientais.

O'Neill aponta riscos para a economia global e destaca o que chama de fracasso do modelo econômico moderno em distribuir de maneira mais justa os benefícios do crescimento econômico.

Trechos da entrevista de O'Neill: Valor: O tema do Brasil para a presidência do G20, que representa 85% do **PIB** global, é "Construindo um mundo justo e um planeta sustentável". O grupo pode resolver problemas que as instituições internacionais não conseguiram?

Jim O'Neill: O G20 foi uma das poucas criações de política global positivas a emergir da crise financeira de 2008. Como ficou demonstrado, ao longo dos primeiros três anos, funcionou muito bem, essencialmente reunindo as grandes nações emergentes e o G7 no mesmo grupo de influência política. E, como você diz, eles representam uma grande parte do **PIB** global e da sua população. Tristemente, à medida que os desafios dos anos 2000 aconteceram, e como resultado de questões domésticas nas principais nações do G20, particularmente nos EUA, Reino Unido, China e Rússia, especialmente, a capacidade de focar genuinamente em questões verdadeiramente globais, o desejo foi evaporando cada vez mais até chegar aonde chegamos hoje. Mesmo com a covid-19 foi

difícil, o maior choque de saúde verdadeiramente global dos tempos modernos.

Valor: Consensos têm sido difíceis no G20. A geopolítica divide mais do que une. O que seria um resultado positivo?

O'Neill: Não podemos lidar com questões verdadeiramente globais, como mudança climática, doenças infecciosas e os grandes choques econômicos sistemáticos globais, sem o G20. Mas, até que haja algum tipo de aproximação entre os principais participantes, é difícil ver como isso pode mudar rapidamente. É um antecedente muito complicado para os anfitriões. O foco do Brasil em um mundo justo e em um planeta sustentável é admirável. Mas não sei se o G20, em seu estado atual, pode ajudar a trazer soluções para além do que está tentando em seu estado fragmentado.

Valor: Quais os principais desafios da economia global hoje?

O'Neill: Há sempre os desconhecidos conhecidos e os desconhecidos desconhecidos. Nos últimos anos, covid, a guerra da Ucrânia e, em algum grau, a atual confusão do Oriente Médio se encaixam nesse último, e não sabemos especificamente quão graves permanecerão as consequências do aquecimento global, embora a evidência seja extremamente perturbadora, com tantos padrões de clima severos emergindo em todo o mundo. Dos desconhecidos conhecidos, diria que a maior ameaça continua a gravidade e persistência do desafio da **inflação**, especialmente nas economias ocidentais. Eu tendo a acreditar um pouco mais na visão mais otimista, de que os tomadores de decisões têm tudo sob controle.

[O cenário] está longe de ser claro e é sujeito a novos riscos, como uma flexibilização fiscal ainda mais expansionista nos EUA, com reduções de **impostos** e mais gastos governamentais, se [Donald] Trump ganhar as próximas eleições, e também a pressão sobre os bancos centrais para reduzir as taxas de juros. Na verdade, um risco em separado seria que os mercados financeiros se dessem conta de que os cortes das taxas de juro não acontecem como atualmente antecipado, pois isto pode potencialmente causar perturbações dos mercados financeiros globais.

Há muitas outras preocupações econômicas também, tais como iniciativas adicionais para se criarem novas

tarifas e outras barreiras ao comércio internacional, o que acontece se e quando o Banco do Japão começar a aumentar as taxas de juros, dada a grande fonte de capital global dos poupadores japoneses. E, além disso, há os diversos riscos da balança de pagamentos em algumas economias emergentes, como sempre.

No longo prazo, um risco remanescente, mas estranhamente ainda sub-precificado, e algo que me incomoda agora na última década, é o fracasso do modelo econômico moderno em distribuir uma parcela mais justa dos benefícios do crescimento econômico, o que está na raiz na minha visão sobre a ascensão do chamado populismo. Vemos a persistência do mercado de ações forte, muitos sinais de lucros, pelo menos reportados até agora, e, ainda assim, produtividade e aumentos de salários reais tão fracos para os menos favorecidos e classes médias (embora as classes menos favorecidas tenham tido um aumento significativo com o salário mínimo). Não é assim que os livros mostram que o sistema deve funcionar.

Valor: A presidência brasileira do G20 quer uma Aliança Global contra a Fome para garantir que países em desenvolvimento invistam em políticas bem-sucedidas internacionalmente sem se sufocarem por suas dívidas. Isso é factível?

O'Neill: É extremamente admirável, e o Brasil merece elogios por tal ambição. Mas acho que no ambiente atual será difícil priorizar verdadeiramente esses temas entre todos os membros do G20.

Valor: Em outra frente, a presidência brasileira quer utilizar o sistema financeiro e a regulação dos bancos centrais para incentivar o cumprimento dos objetivos do acordo de Paris. Isso funcionaria?

O'Neill: Um dos benefícios secundários da criação do G20 em 2008 foi também a criação do FSB [na sigla em inglês], o conselho de estabilidade financeira. Em teoria, esta é uma organização pronta que poderia pelo menos estudar isso em detalhe, e talvez já esteja até fazendo. Sei que em alguns países membros e na UE os bancos centrais já exploram isso com algum detalhe. O dilema principal, no entanto, e isso ficou claro durante o surto de **inflação** totalmente imprevisto de 2023 no Ocidente, é que se forem atribuídos mandatos econômicos demais aos bancos centrais e aos tomadores de decisões pode haver efeitos secundários in-desejados. Além disso, dado o retrocesso populista, a escala do foco no combate às mudanças climáticas reduziu um pouco, e se Trump ganhar as eleições dos EUA, o retrocesso será ainda maior.

Valor: Quais as oportunidades financeiras da transição energética, outro tema prioritário do G20? Não poderia levar a mais protecionismo e aprofundar desigualdades entre as nações?

O'Neill: Existem, como sempre, enormes ganhadores e perdedores em potencial. Os criadores de novos sistemas de energia acessíveis para a vida moderna serão valiosíssimos. Ao mesmo tempo, a menos que as autoridades políticas priorizem o tema como pareciam até um par de anos atrás, os riscos vão impedir que investidores continuem alocando a mesma quantidade de capital.

Valor: Sei que já está cansado de responder sobre Brics...

O'Neill: Não diria cansado, mas acho um pouco cansativo, porque o conceito do Bric não mudou nada. É apenas interpretado de maneira diferente, especialmente por muitos comentaristas e [...] tomadores de decisões, especialmente no chamado Sul global. Eu o criei apenas como um conceito econômico para demonstrar que as quatro grandes economias emergentes em especial, Brasil, Rússia, Índia e China, provavelmente se tornariam cada vez maiores, o que significa que a natureza da economia global seria muito diferente. Por isso, o núcleo do meu documento de 2001 era a crença de que a governança global precisava se adaptar para trazer essas e outras nações emergentes principais para a formação de políticas globais. Por isso acredito que a criação do G20 foi tão positiva.

Nunca foi minha ideia ou propósito apostar num tema de investimento do Brics, ou num fundo de investimentos do Brics. E surpresa, surpresa, quando se percebeu que os fundos temáticos em geral não são uma boa forma de investimento e quando alguns países do Brics tiveram dificuldades, o tema dos investimentos desapareceu. Tem também a questão econômica.

Outro aspecto mal interpretado foi a criação de uma instância política dos líderes do Brics, que, é claro, evoluiu para o Brics Plus, no ano passado. Óbvio que isso aumenta a longevidade do conceito Brics, mas não sou o maior fã dessa ideia, porque, no seu núcleo... assim como o G7 não tem [qualquer] representatividade global, tampouco tem o Brics ou o Brics Plus. Precisamos que instâncias como o G20, a OMC, a OMS, o FMI, o Banco Mundial funcionem muito melhor, tanto em termos de eficácia como de representatividade.

Valor: Ou seja, para o senhor, o conceito tomou-se uma espécie de Frankenstein e não é útil como instância política?



O'Neill: Não consigo ver nenhuma evidência de que o grupo político Brics tenha alcançado muito além de um simbolismo extremamente poderoso. É um lembrete constante de que a governança global não funciona bem e é injusta, mas não está nada claro que o grupo Brics pode alcançar muito. Se China e Índia se entusiasmassem mais com a cooperação mútua e seu papel conjunto no Brics, isso poderia mudar, mas não vejo muitas evidências.

Valor: Fala-se em uma moeda do Brics. O que acha da ideia?

O'Neill: Acho que é, digamos, "ambicioso". Foi bastante difícil para a UE criar o euro, que é apoiado por um único banco central. Será que as autoridades brasileiras estão levando a sério abrir mão voluntariamente do controle de seu próprio banco central? Duvido.

Valor: Neste contexto, o dólar americano estaria a perigo?

O'Neill: Como e quando alguma outra grande nação ou região, a China com o RMB [renminbi], a Índia com a rupia, a zona do euro com o euro... aí seria o início de um sério desafio estrutural para o dólar. Mas até que isso aconteça, o dólar continuará, quase por definição, tão poderoso como é. Não quer dizer que não perderá valor, quando e se as taxas de juros dos EUA caírem em relação a outros países importantes. Então, assim como a noite segue o dia, o dólar perderá valor até que o ciclo indique o oposto. Uma grande ressalva: em algum ponto, se a participação da China e da Índia no crescimento global continuar a aumentar fortemente como nos últimos 20 anos, aí pode ser que haja alguma mudança. Talvez porque os próprios EUA não queiram que o dólar desempenhe o papel que tem hoje. No fim das contas, as maiores economias determinarão qual será o sistema monetário global, é inevitável. Se a China se tornar muito maior do que os EUA, então, em alguma fase, o RMB se tornará mais importante. Mas é claro que há enormes desafios para a China hoje. Se de fato será maior que os EUA [em termos nominais do dólar] tem sido menos claro que nos últimos 23 anos, desde que pensei pela primeira vez na ideia do Bric.

Valor: A economia brasileira ainda estaria no Bric original?

O'Neill: É claro que, apesar de uma segunda década muito difícil de vida do Bric, o Brasil continua sendo a economia mais importante da América Latina. E é claro que, no último ano, mostrou uma recuperação econômica razoável. Dado o tamanho da China, que domina economicamente o grupo Bric, é duas vezes o

tamanho do resto junto - e sem a China, haveria muito menos interesse na noção Bric -, ao mesmo tempo a geografia e o entusiasmo do Brasil pelo conceito, ainda que mais pelo grande simbolismo, o Brasil teria que ter outra década economicamente muito ruim para que eu tivesse dúvidas. Sim, alguns dizem que o "Bric" deveria ter sido "IC". Economicamente isso é verdadeiro com base na última década, mas as pessoas não disseram isso em 2010-12 e podem não dizê-lo em 2030-32 se o Brasil tiver um crescimento mais duradouro.

"Não podemos lidar com questões globais, como mudança climática, doenças infecciosas (...)semoG20"  
Jim O'Neill

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187821>

# Fazenda reduz previsão oficial de inflação para 3,5% em 2024

BOLETIM MACROFISCAL A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda reduziu de 3,55% para 3,5% a projeção de **inflação** oficial em 2024. A estimativa para o crescimento da economia foi mantida em 2,2%. As previsões estão no Boletim Macrofiscal, divulgado ontem. A projeção de **inflação** pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) está dentro da meta de **inflação** para o ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Para 2025, a estimativa avançou de 3% para 3,1%. O índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado para estabelecer o valor do salário mínimo e corrigir aposentadorias, deverá encerrar 2024 em 3,25%, mesma projeção de novembro.

**Site:**

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

# Ministério da Fazenda reduz previsão da inflação para 3,5% em 2024

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda reduziu de 3,55% para 3,5% a projeção de **inflação** oficial em 2024. A estimativa para o crescimento da economia foi mantida em 2,2%. As previsões estão no Boletim Macroeconômico, divulgado nessa quinta-feira (21). A projeção de **inflação** pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) está dentro da meta de **inflação** para o ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%. Para 2025, a estimativa avançou de 3% para 3,1%.

Segundo a SPE, o impacto do fenômeno El Niño sobre a **inflação** de alimentos, no etanol e nas tarifas de energia elétrica foi menos intenso do que o inicialmente esperado. Além disso, reajustes recentes de preços monitorados ficaram abaixo da expectativa, com destaque para licenciamento e emplacamento de veículos e tarifas de energia.

Os serviços, cuja **inflação** está desacelerando, também contribuíram para a revisão para baixo da estimativa. Outro fator que contribui para segurar a **inflação** é a economia internacional. De acordo com a SPE, os preços de bens industriais ainda se beneficiam com o excesso de capacidade ociosa na China.

O índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado para estabelecer o valor do salário mínimo e corrigir aposentadorias, deverá encerrar este ano com variação de 3,25%, no mesmo nível do boletim anterior, divulgado em novembro do ano passado. A projeção para o índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), que inclui o setor atacadista, o custo da construção civil e o consumidor final, caiu de 4% para 3,5% este ano.

## **PIB**

Quanto ao Produto Interno Bruto, a manutenção da estimativa de alta de 2,2% em 2024 decorre do fato de a SPE esperar um crescimento mais equilibrado neste ano, baseado no avanço de setores cíclicos e na expansão da absorção doméstica (consumo e importação do país). A SPE, no entanto, destaca que a projeção foi fechada em 13 de março, antes da divulgação de dados recentes que apontaram

crescimento acima do previsto no comércio e nos serviços.

Apesar de a projeção para o crescimento ter permanecido estável, houve revisão nas estimativas de **PIB** por setor produtivo. Para a agropecuária, a estimativa passou de previsão de crescimento de 0,5%, divulgada no boletim de novembro, para queda de 1,3%, refletindo principalmente a redução nos prognósticos para a safra em 2024. Em contrapartida, a projeção de crescimento dos serviços para 2024 aumentou de 2,2% para 2,4%.

Para a indústria, a previsão passou de alta de 2,4% para 2,5%. De acordo com a SPE, o setor deverá ser impulsionado pela recuperação da produção manufatureira e da construção, com reflexo nos investimentos. A partir de 2025, a SPE espera-se crescimento em torno de 2,5%.

A pasta também atribui projeções menos otimistas para o setor de serviços no restante do ano. Para 2024, a estimativa de crescimento econômico caiu de 2,3% para 2,2%.

SEGUNDO A SPE, DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, ESTIMATIVA DE CRESCIMENTO DO **PIB** BRASILEIRO FOI MANTIDA EM 2,2%

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=logIn&edicao=132928>

# Redução da Selic impacta no bolso

**AMANDA ENGELKE Da Redação**

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central anunciou na última quarta-feira (20) a sexta redução seguida da taxa básica de juros (Selic), passando de 11,25% para 10,75% ao ano. A decisão unânime do colegiado, de acordo com o **comunicado** divulgado, visa a contingência para este e para o próximo ano. Os cortes de 0,5 ponto percentual na taxa ocorrem desde agosto de 2023. No início dos cortes, a Selic estava em 13,75% ao ano.

Para entender como a Selic afeta no dia a dia da população e qual o impacto desta nova redução no bolso dos paraenses, a Redação Integrada conversou com dois especialistas locais: o economista Nélito Bordalo Filho, do Conselho Regional de Economia dos Estados do Pará e Amapá (Corecon PA/AP); e Everson Costa, supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos do Pará (Dieese/PA).

Borlado aponta que um dos principais impactos da redução é a possibilidade de crédito mais barato. "Existe uma tendência para que as taxas de juros de empréstimos e financiamentos também diminuam. Com crédito mais barato e potencialmente maior disponibilidade de recursos, os consumidores podem se sentir mais propensos a gastar, o que pode impulsionar a economia, especialmente em setores como imobiliário e automotivo", destaca.

Quando o assunto é o preço dos alimentos e o custo com a alimentação básica, Everson Costa explica que não haverá grandes impactos, pelo menos de maneira imediata.

"Para esse alimento chegar mais barato ao consumidor final temos que levar em conta fatores como a produção, o frete e os insumos. Dependeria de uma produção em grande escala, automaticamente com preços equilibrados e com o frete que possa distribuir isso mais barato", explica.

A possibilidade, entretanto, de se sentir redução nos preços a longo prazo aumenta consideravelmente.

"É inegável que quando você tem uma economia que gira com juros mais baixos, você potencializa a capacidade de investimentos porque o crédito fica mais barato. A indústria de alimentos tem mais condições e, até mesmo o setor do agronegócio como um todo, de estar buscando recursos para aumentar a

produção, por exemplo", avalia Everson.

**INFLAÇÃO** O **comunicado** divulgado pelo Copom na última quarta-feira contextualiza que as expectativas de **inflação** para 2024 e 2025, apuradas pela pesquisa Focus, são de cerca de 3,8% e 3,5%, respectivamente.

Já as projeções do Copom são mais "otimistas", ficando em 3,5% para 2024 e 3,2% para 2025. No que diz respeito à **inflação** de preços administrados, as projeções do colegiado são de 4,4% para 2024 e de 3,9% para 2025.

No **comunicado** ainda, o Copom alertou para fatores de risco que podem afetar a **inflação**, como as pressões inflacionárias globais e a resiliência na **inflação** de serviços. No entanto, também observou riscos de baixa, como uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada. Neste sentido, a decisão de reduzir a taxa de juros "suaviza" as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o emprego pleno

**Site:** [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-50faea8ef4c62e6c3980d837e32f6063.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-50faea8ef4c62e6c3980d837e32f6063.pdf)

# Governo discute opções para limitar antecipação do saque-aniversário

GERALDA DOCA [geralda@bsb.oglobo.com.br](mailto:geralda@bsb.oglobo.com.br) BRASÍLIA

Diante do impasse envolvendo o fim do **saque-aniversário** do **FGTS**, defendido pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, integrantes do Ministério da Fazenda e dos bancos buscam solução intermediária. A ideia é manter a modalidade, mas fazer ajustes nas regras.

Estão na mesa duas propostas: reduzir de dois anos para seis meses a quarentena para quem optou pelo **saque-aniversário** voltar a poder retirar o saldo da conta em caso de demissão; e limitar de três a cinco anos o prazo de pagamento para quem fez antecipação de **saque-aniversário**.

Hoje, não existe esse tipo de restrição, e há instituições fazendo operações em até 30 anos, segundo integrantes do Conselho Curador do **FGTS**.

O **saque-aniversário** do **FGTS** foi criado em 2020 e permite que o trabalhador possa sacar anualmente, no mês de nascimento, uma parcela do saldo da conta do Fundo. Mas quem faz a opção não pode retirar o saldo da conta em caso de demissão sem justa causa, tendo direito apenas ao **saque-aniversário**.

R\$ 143 BI JÁ ANTECIPADOS

Hoje, o prazo para trocar de modalidade (de **saque-aniversário** para saque-rescisão) é de dois anos. O período em que o trabalhador demitido sem justa causa precisa ficar sem carteira assinada para retirar o saldo é de três anos.

A lei que criou a modalidade permite a esses trabalhadores anteciparem vários saques de uma só vez, na forma de empréstimo bancário. O valor fica bloqueado na conta vinculada e é repassado pelo **FGTS** ao banco credor em parcelas anuais, nos respectivos meses de nascimento.

Segundo dados da Caixa Econômica Federal, 20,2 milhões de trabalhadores de um universo de 35,4 milhões que aderiram ao **saque-aniversário** anteciparam R\$ 143,4 bilhões, até 15 de março. As operações têm teto de juros de 1,79% ao mês, uma das mais baixas do mercado.

O fim do **saque-aniversário** e da antecipação para

quem adere à modalidade põe em campos opostos o Ministério do Trabalho, com apoio do setor da construção, e a Fazenda, que tem ao lado bancos e vários congressistas, que aprovaram a medida durante o governo Jair Bolsonaro.

Em reunião na Casa Civil, ficou acertado que não será proposto nenhum projeto nas próximas semanas.

Marinho teme que o **saque-aniversário** prejudique o equilíbrio de longo prazo nas contas do **FGTS** e o próprio trabalhador, que fica impedido de sacar o saldo no momento da demissão. Para o setor da construção, o risco é faltar dinheiro para a política habitacional, pois o programa Minha Casa, Minha Vida tem o **FGTS** como principal fonte de financiamento.

## ESTÍMULO À ECONOMIA

Na avaliação da equipe econômica, o **saque-aniversário** funciona como uma medida de estímulo à economia, posição defendida pelo setor financeiro, que sustenta ainda o custo baixo da operação. Para os congressistas, a medida é legítima porque o dinheiro do **FGTS** pertence aos trabalhadores.

Apesar de o setor bancário ser contra alterações no **saque-aniversário**, há um entendimento de que dificilmente Marinho vai desistir da ideia. Além disso, ele tem canal aberto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ministro, porém, tem recebido representantes dos bancos para discutir o assunto.

Para vencer a batalha do fim do **saque-aniversário**, Marinho quer autorizar o uso dos recursos do **FGTS** como garantia nos empréstimos consignados, pois um dos entraves à concessão para o setor privado é a falta de estabilidade, diante da alta rotatividade no mercado formal de trabalho. Os bancos apoiam, mas, segundo um executivo, uma coisa não anula a outra. Ou seja, seria mais uma opção de crédito para cotistas do **FGTS**.

No entanto, as instituições financeiras defendem que o governo regulamente uma lei que já autoriza o trabalhador, no momento da contratação do empréstimo, bloquear 10% do saldo da conta do **FGTS**. Caso ele seja demitido e fique inadimplente, o recurso seria repassado aos bancos.

Procurados, os ministérios dos Trabalho e da Fazenda não quiseram se manifestar. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) não quis se pronunciar, mas tem atuado em defesa da modalidade do **saque-aniversário**.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Propostas para acabar com saque-aniversário do FGTS

BRASÍLIA

Diante do impasse envolvendo o fim do **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), defendido pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, integrantes do Ministério da Fazenda e dos bancos buscam uma solução intermediária. A ideia é manter a modalidade, mas fazer ajustes nas regras.

Estão na mesa duas propostas: reduzir de 2 anos para seis meses a quarentena para quem optou pelo **saque-aniversário** voltar a poder retirar o saldo em caso de demissão; e limitar entre 3 anos e 5 anos o prazo de pagamento para quem antecipou **saque-aniversário**.

Não existe hoje esse tipo de restrição e há instituições fazendo operações em até 30 anos, segundo o Conselho Curador do **FGTS**.

O **saque-aniversário** do **FGTS** foi criado em 2020 e permite que o trabalhador possa sacar anualmente, no mês de nascimento, uma parcela do saldo da conta do Fundo. Mas quem faz a opção não pode retirar o saldo da conta em caso de demissão sem justa causa, tendo direito só ao **saque-aniversário**.

Hoje, o prazo para o trabalhador trocar de modalidade (de **saque-aniversário** para saque-rescisão) é de dois anos. O período em que o demitido sem justa causa precisa ficar sem carteira assinada para retirar o saldo é de três anos.

A lei que criou a modalidade também permite a esses trabalhadores anteciparem vários saques de uma só vez na forma de empréstimo bancário. O valor tomado fica bloqueado na conta vinculada e é repassado pelo **FGTS** ao banco credor em parcelas anuais, nos respectivos meses de nascimento.

Segundo dados da Caixa Econômica, 20,2 milhões de trabalhadores de um universo de 35,4 milhões que aderiram ao **saque-aniversário** anteciparam R\$ 143,4 bilhões, até 15 de março. As operações têm teto de juros de 1,79% ao mês, uma das mais baixas do mercado.

O fim do **saque-aniversário** e da antecipação para quem adere à modalidade põe em campos opostos o

Ministério do Trabalho, com apoio do setor da construção, e a Fazenda, que tem ao lado bancos e vários congressistas.

MARINHO quer acabar com o **saque-aniversário** do **FGTS** e encontra no Congresso e nas financeiras um obstáculo

Uso do fundo para garantir empréstimo consignado

O ministro Luiz Marinho quer autorizar o uso dos recursos do **FGTS** como garantia nos empréstimos consignados, pois um dos entraves à concessão para o setor privado é a falta de estabilidade, diante da alta rotatividade no mercado formal de trabalho.

Os bancos apoiam a medida, mas, segundo um executivo, uma coisa não anula a outra. Ou seja, seria mais uma opção de crédito para os cotistas do **FGTS**.

No entanto, as instituições financeiras defendem que o governo regulamente uma lei que já autoriza o trabalhador, no momento da contratação do empréstimo, bloquear 10% do saldo da conta do **FGTS**. Caso ele seja demitido e fique inadimplente, o recurso seria repassado aos bancos.

A proposta do governo de ampliar o consignado para os trabalhadores do setor privado prevê outras vantagens como dispensa da exigência de convênio entre a empresa e a instituição financeira.

Todo trâmite da operação passa pelo E-social. A plataforma permite a migração do crédito entre empresas em caso de troca de empresa

Construtoras e bancos em conflito

Na avaliação da equipe econômica, o **saque-aniversário** funciona como medida de estímulo à economia, posição defendida pelo setor financeiro que sustenta ainda o custo baixo da operação.

Marinho teme que o **saque-aniversário** prejudique o equilíbrio de longo prazo nas contas do **FGTS** e o próprio trabalhador, que fica impedido de sacar o saldo no momento da demissão. Para o setor da construção, o risco é faltar dinheiro para política habitacional, o programa Minha Casa, Minha Vida, que tem o **FGTS** como principal fonte de financiamento.

Para os congressistas que aprovaram a medida do governo de Jair Bolsonaro, a medida é legítima porque o dinheiro do **FGTS** pertence aos trabalhadores. Apesar de o setor bancário ser contra alterações no **saque-aniversário**, há entendimento de que dificilmente Luiz Marinho vá desistir da ideia.

Além disso, ele tem canal aberto com o presidente Lula. Mas o ministro tem recebido representantes dos bancos para discutir o assunto.

Os Ministérios dos Trabalho e da Fazenda não quiserem se manifestar. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) não quis se pronunciar, mas tem atuado em defesa do **saque-aniversário**.



# Governo prepara novas regras do saque-aniversário

**Geralda Doca** [geralda@bsb.oglobo.com.br](mailto:geralda@bsb.oglobo.com.br)

Diante do impasse envolvendo o fim do **saque-aniversário** do **FGTS**, defendido pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, integrantes do Ministério da Fazenda e dos bancos buscam solução intermediária. A ideia é manter a modalidade, mas fazer ajustes nas regras.

Estão na mesa duas propostas: reduzir de dois anos para seis meses a quarentena para quem optou pelo saque-aniversário voltar a poder retirar o saldo da conta em caso de demissão; e limitar de três a cinco anos o prazo de pagamento para quem fez antecipação de **saque-aniversário**.

Hoje, não existe esse tipo de restrição, e há instituições fazendo operações em até 30 anos, segundo integrantes do Conselho Curador do **FGTS**.

O **saque-aniversário** foi criado em 2020 e permite que o trabalhador possa sacar anualmente, no mês de nascimento, uma parcela do saldo da conta do Fundo. Mas quem faz a opção não pode retirar o saldo da conta em caso de demissão sem justa causa, tendo direito apenas ao **saque-aniversário**.

## 20 MILHÕES ANTECIPARAM

Hoje, o prazo para trocar de modalidade (de **saque-aniversário** para saque-rescisão) é de dois anos. O período em que o trabalhador demitido sem justa causa precisa ficar sem carteira assinada para retirar o saldo é de três anos.

A lei que criou a modalidade permite a esses trabalhadores anteciparem vários saques de uma só vez, na forma de empréstimo bancário. O valor fica bloqueado na conta vinculada e é repassado pelo **FGTS** ao banco credor em parcelas anuais.

Segundo dados da Caixa, 20,2 milhões de trabalhadores de um universo de 35,4 milhões que aderiram ao **saque-aniversário** anteciparam R\$ 143,4 bilhões, até 15 de março. As operações têm teto de juros de 1,79% ao mês, uma das mais baixas do mercado.

Ministro teme prejuízos aos trabalhadores

O fim do **saque-aniversário** e da antecipação para quem adere à modalidade põe em campos opostos o Ministério do Trabalho, com apoio do setor da construção, e a Fazenda, que tem ao lado bancos e vários congressistas, que aprovaram a medida durante o governo Jair Bolsonaro.

Em reunião na Casa Civil, ficou acertado que não será proposto nenhum projeto nas próximas semanas.

Marinho teme que o **saque-aniversário** prejudique o equilíbrio de longo prazo nas contas do **FGTS** e o próprio trabalhador, que fica impedido de sacar o saldo no momento da demissão. Para o setor da construção, o risco é faltar dinheiro para a política habitacional, pois o programa Minha Casa, Minha Vida tem o **FGTS** como principal fonte de financiamento

## ESTÍMULO À ECONOMIA

Na avaliação da equipe econômica, o **saque-aniversário** funciona como uma medida de estímulo à economia, posição defendida pelo setor financeiro, que sustenta ainda o custo baixo da operação. Para os congressistas, a medida é legítima porque o dinheiro do **FGTS** pertence aos trabalhadores.

HABITAÇÃO Setor da construção diz que pode faltar dinheiro para financiar imóveis

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>